JBS S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2010 e 2009

Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5011
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 756
3º andar - Conjunto 32
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo — SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da JBS S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.c., a Administração da Companhia, por dúvidas quanto à qualidade e credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidar a Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010. Além disso, a auditoria das demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A. para os períodos aqui citados, de responsabilidade de outro auditor independente, não foram concluídas até esta data.

OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais", as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBS S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da JBS S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 1º de março de 2010, sem modificação de opinião. As normas de auditoria anteriormente vigentes não consideravam os trabalhos de auditoria de grupos para as demonstrações contábeis das controladas incluindo o trabalho dos auditores dos componentes diante da ISA 600 (NBC TA 600) permitindo a divisão de responsabilidade onde a controlada direta e indireta, respectivamente Inalca JBS S.p.A. e Pilgrim's Pride Corporation, foram auditadas por outros auditores independentes e outras controladas foram auditadas por firmas membro da BDO, àquela época. Nossa opinião, com respeito aos saldos dos investimentos nessas controladas e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2009, está embasada nos trabalhos daqueles auditores.

São Paulo,16 de março de 2011

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Márcio Serpejante Peppe
Sócio-contador
CRC 1SP233011/O-8
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

JBS S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	**3.000.649**	4.097.027	1.522.973	**4.063.833**	5.067.530	2.291.619
Contas a receber de clientes (Nota 8)	**1.672.729**	1.273.377	552.991	**3.904.483**	3.201.437	2.256.721
Estoques (Nota 9)	**1.109.472**	758.536	539.510	**4.711.938**	3.476.645	2.270.317
Impostos a recuperar (Nota 10)	**1.088.310**	841.306	447.343	**1.416.809**	1.066.033	623.022
Despesas antecipadas	**13.844**	13.233	1.754	**109.140**	131.915	70.881
Outros ativos circulantes	**161.066**	296.882	166.275	**533.998**	810.407	468.947
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.046.070**	**7.280.361**	**3.230.846**	**14.740.201**	**13.753.967**	**7.981.507**
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Créditos com empresas ligadas (Nota 11)	**-**	-	1.700.868	**332.679**	326.972	54.777
Depósitos, cauções e outros	**88.208**	70.640	16.378	**519.643**	558.615	102.571
Impostos a recuperar (Nota 10)	**553.770**	550.848	37.632	**616.308**	615.748	65.307
Total do Realizável a Longo Prazo	**641.978**	**621.488**	**1.754.878**	**1.468.630**	**1.501.335**	**222.655**
Investimentos em controladas (Nota 12)	**9.329.030**	7.234.791	4.652.319	**-**	-	-
Ativos biológicos (Nota 13)	**-**	-	-	**430.685**	249.618	279.356
Imobilizado (Nota 14)	**7.598.963**	7.599.627	1.816.206	**15.219.343**	15.014.548	5.825.225
Intangível (Nota 15)	**11.294.531**	11.302.764	962.751	**12.667.244**	13.366.982	2.107.745
Outros investimentos	**10**	10	10	**3.122**	3.984	5.722
	28.222.534	**26.137.192**	**7.431.286**	**28.320.394**	**28.635.132**	**8.218.048**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**28.864.512**	**26.758.680**	**9.186.164**	**29.789.024**	**30.136.467**	**8.440.703**
TOTAL DO ATIVO	**35.910.582**	**34.039.041**	**12.417.010**	**44.529.225**	**43.890.434**	**16.422.210**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09	31.12.10	31.12.09	1.01.09
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores (Nota 16)	**566.982**	627.542	383.979	**2.837.973**	2.546.036	1.930.998
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	**4.342.593**	3.926.390	1.494.690	**5.191.248**	5.123.099	2.210.380
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 20)	**375.600**	287.082	62.722	**1.140.678**	721.854	470.908
Dividendos declarados	**-**	122.953	51.127	**-**	122.953	51.127
Débito com terceiros para investimentos (Nota 22)	**45.746**	431.267	-	**45.746**	431.267	-
Outros passivos circulantes	**509.482**	481.401	76.772	**469.437**	360.053	342.072
TOTAL DO CIRCULANTE	**5.840.403**	**5.876.635**	**2.069.290**	**9.685.082**	**9.305.262**	**5.005.485**
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	**6.679.915**	5.311.023	2.991.344	**10.373.479**	9.304.014	3.401.708
Debêntures conversíveis (Nota 19)	**3.462.212**	3.462.212	-	**3.462.212**	3.462.212	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	**390.774**	344.704	60.827	**1.037.892**	1.141.278	348.849
Provisão para contingências (Nota 21)	**136.002**	210.088	48.244	**322.427**	431.249	69.343
Débitos com empresas ligadas (Nota 11)	**1.532.002**	1.106.890	-	**-**	-	-
Débito com terceiros para investimentos (Nota 22)	**149.964**	171.939	210.480	**149.964**	171.938	210.480
Outros passivos não circulantes	**124.939**	47.919	40.473	**803.320**	923.960	392.450
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**12.475.808**	**10.654.775**	**3.351.368**	**16.149.294**	**15.434.651**	**4.422.830**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 24)						
Capital social	**18.046.067**	16.483.544	4.495.581	**18.046.067**	16.483.544	4.495.581
Reserva de capital	**500.775**	714.503	769.463	**500.775**	714.503	769.463
Reserva de reavaliação	**106.814**	112.352	118.178	**106.814**	112.352	118.178
Reservas de lucros	**574.804**	810.538	863.238	**574.804**	810.538	863.238
Ajustes de avaliação patrimonial	**(1.719)**	(914)	(2.920)	**(1.719)**	(914)	(2.920)
Ajustes acumulados de conversão	**(1.632.370)**	(612.392)	752.812	**(1.632.370)**	(612.392)	752.812
Atribuído à participação dos acionistas controladores	**17.594.371**	**17.507.631**	**6.996.352**	**17.594.371**	**17.507.631**	**6.996.352**
Participação dos acionistas não controladores	**-**	**-**	**-**	**1.100.478**	**1.642.890**	**(2.457)**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.594.371**	**17.507.631**	**6.996.352**	**18.694.849**	**19.150.521**	**6.993.895**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**35.910.582**	**34.039.041**	**12.417.010**	**44.529.225**	**43.890.434**	**16.422.210**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 25)	**11.770.293**	**5.148.794**	**55.055.802**	**34.905.571**
Custo dos produtos vendidos	**(9.338.628)**	(4.170.692)	**(48.296.810)**	(31.765.938)
LUCRO BRUTO	**2.431.665**	**978.102**	**6.758.992**	**3.139.633**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Administrativas e gerais	**(503.405)**	(193.241)	**(1.650.075)**	(705.586)
Com vendas	**(995.067)**	(486.686)	**(2.644.309)**	(1.645.854)
Resultado financeiro líquido (Nota 27)	**(1.927.045)**	(512.603)	**(2.220.182)**	(578.975)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	**827.857**	475.514	**-**	-
Despesas não recorrentes (Nota 28)	**(102.607)**	-	**(233.951)**	-
Ganho em compra vantajosa	**-**	-	**(9.463)**	185.189
Outras receitas	**7.013**	3.432	**65.288**	7.927
	(2.693.254)	**(713.584)**	**(6.692.692)**	**(2.737.299)**
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	**(261.589)**	**264.518**	**66.300**	**402.334**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**2.853**	3.001	**(361.594)**	(49.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(44.012)**	(46.809)	**31.294**	(132.478)
	(41.159)	**(43.808)**	**(330.300)**	**(182.206)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(302.748)**	**220.710**	**(264.000)**	**220.128**
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			**(302.748)**	220.710
Participação dos acionistas não controladores			**38.748**	(582)
			(264.000)	**220.128**
Resultado básico por lote de mil ações no final do exercício - em reais (Nota 26)	**(121,45)**	**94,99**	**(121,45)**	**94,99**
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)				
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(261.589)**	264.518	**66.300**	402.334
Resultado financeiro líquido (Nota 27)	**1.927.045**	512.603	**2.220.182**	578.975
Depreciação e amortização	**286.115**	97.515	**1.226.300**	479.811
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	**(827.857)**	(475.514)	**-**	-
Ganho de compra vantajosa	**-**	-	**9.463**	(185.189)
Despesas não recorrentes (Nota 28)	**102.607**	-	**233.951**	-
VALOR EBITDA	**1.226.321**	**399.122**	**3.756.196**	**1.275.931**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstraçõs do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(302.748)**	**220.710**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	**(805)**	2.006
Ajuste acumulado de conversão em controladas	**(190.602)**	(214.309)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	**(829.376)**	(1.150.895)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.323.531)**	**(1.142.488)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:		
Acionistas da Companhia	**(1.154.135)**	(1.139.475)
Não controladores	**(169.396)**	(3.013)
	(1.323.531)	**(1.142.488)**

	Consolidado	
	2010	2009
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(264.000)**	**220.128**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	**(805)**	2.006
Ajuste acumulado de conversão em controladas	**(190.602)**	(214.309)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	**(829.376)**	(1.150.895)
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.284.783)**	**(1.143.070)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:		
Acionistas da Companhia	**(1.120.347)**	(1.140.056)
Não controladores	**(164.436)**	(3.014)
	(1.284.783)	**(1.143.070)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Para expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**4.495.581**	**769.463**	**118.178**	**1.297**	**-**	**(2.920)**	**752.812**	**-**	**6.134.411**	**-**	**6.134.411**
Ajustes pela adoção inicial do IFRS (nota 4)	-	-	-	-	861.941	-	-	-	**861.941**	(2.457)	**859.484**
SALDOS AJUSTADOS EM 1 DE JANEIRO DE 2009	**4.495.581**	**769.463**	**118.178**	**1.297**	**861.941**	**(2.920)**	**752.812**	**-**	**6.996.352**	**(2.457)**	**6.993.895**
Aumento de capital	11.987.963	-	-	-	-	-	-	-	**11.987.963**	-	**11.987.963**
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	21.407	-	-	17.399	-	-	-	**38.806**	-	**38.806**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(5.826)	-	-	-	-	5.826	**-**	-	**-**
Ações em tesouraria	-	(76.367)	-	-	-	-	-	-	**(76.367)**	-	**(76.367)**
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	2.006	-	-	**2.006**	-	**2.006**
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	(214.309)	-	**(214.309)**	-	**(214.309)**
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(1.150.895)	-	**(1.150.895)**	-	**(1.150.895)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	220.710	**220.710**	-	**220.710**
Proposta para destinação do lucro líquido											
Reserva legal	-	-	-	6.471	-	-	-	(6.471)	**-**	-	**-**
Dividendos propostos (R$ 13,23 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(122.953)	**(122.953)**	-	**(122.953)**
Reserva para expansão	-	-	-	-	(76.570)	-	-	(97.112)	**(173.682)**	-	**(173.682)**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	1.645.347	**1.645.347**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**16.483.544**	**714.503**	**112.352**	**7.768**	**802.770**	**(914)**	**(612.392)**	**-**	**17.507.631**	**1.642.890**	**19.150.521**
Aumento de capital	1.600.000	-	-	-	-	-	-	-	**1.600.000**	-	**1.600.000**
Capitalização de custos de oferta pública de ações	(37.477)	-	-	-	-	-	-	-	**(37.477)**	-	**(37.477)**
Ações em tesouraria	-	(213.728)	-	-	-	-	-	-	**(213.728)**	-	**(213.728)**
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	-	-	-	61.476	-	-	-	**61.476**	-	**61.476**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(5.538)	-	-	-	-	5.538	**-**	-	**-**
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	(805)	-	-	**(805)**	-	**(805)**
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	(190.602)	-	**(190.602)**	-	**(190.602)**
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(829.376)	-	**(829.376)**	-	**(829.376)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(302.748)	**(302.748)**	-	**(302.748)**
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	(297.210)	-	-	297.210	**-**	-	**-**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(542.412)	**(542.412)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**18.046.067**	**500.775**	**106.814**	**7.768**	**567.036**	**(1.719)**	**(1.632.370)**	**-**	**17.594.371**	**1.100.478**	**18.694.849**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	**(302.748)**	220.710	**(302.748)**	220.710
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	**286.115**	97.515	**1.226.300**	479.811
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**7.180**	6.018	**16.498**	11.395
. Resultado de equivalência patrimonial	**(827.857)**	(475.514)	**-**	-
. Lucro atribuído aos acionistas não controladores	**-**	-	**38.748**	(582)
. Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	**6.961**	3.878	**11.400**	12.833
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**44.012**	46.809	**(31.294)**	132.478
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	**448.829**	(378.143)	**640.024**	333.471
. Provisão para contingências	**(73.368)**	4.207	**(22.336)**	8.128
. Perda de capital em investimentos	**9.199**	-	**-**	-
. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	**-**	(426)	**-**	(426)
. Redução ao valor recuperável de ativo	**25.514**	-	**83.831**	1.048
	(376.163)	**(474.946)**	**1.660.423**	**1.198.866**
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em contas a receber	**(531.026)**	(108.890)	**(951.928)**	(34.872)
Redução (aumento) nos estoques	**(350.936)**	259.878	**(1.237.510)**	332.118
Aumento de impostos a recuperar	**(239.357)**	(122.018)	**(273.708)**	(132.735)
Redução em outros ativos circ. e não circulantes	**31.791**	40.070	**262.511**	184.388
Redução (aumento) de créditos com empresas ligadas	**-**	-	**(2.101)**	458.274
Redução (aumento) de ativos biológicos	**-**	-	**(189.908)**	33.810
Aumento (redução) com fornecedores	**(60.870)**	(166.651)	**320.303**	(317.805)
Aumento (redução) em outros passivos circ. e não circulantes	**(311.617)**	220.309	**(77.739)**	1.224.265
Aumento em débitos com empresas ligadas	**1.598.237**	1.112.548	**-**	-
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	**-**	-	**(936.089)**	(1.341.871)
Ajuste pela adoção inicial ao IFRS	**-**	-	**(55.733)**	(70.876)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(239.941)**	**760.300**	**(1.481.479)**	**1.533.562**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições (baixas) no ativo imobilizado e intangíve	**(533.831)**	(468.189)	**(1.257.374)**	(1.817.389)
Adições nos investimentos em controladas	**(3.037.658)**	(1.348.475)	**-**	-
Efeito líquido do capital de giro de empresa adquirida	**-**	(2.471.683)	**(338.119)**	(3.945.740)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.571.489)**	**(4.288.347)**	**(1.595.493)**	**(5.763.129)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	**5.693.809**	2.436.612	**14.197.470**	4.585.835
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(4.309.777)**	(2.124.757)	**(13.465.178)**	(3.177.843)
Debêntures conversíveis	**-**	3.462.212	**-**	3.462.212
Aumento de capital	**1.600.000**	2.527.354	**1.600.000**	2.527.354
Dividendos declarados	**-**	(122.953)	**-**	(122.953)
Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários	**(55.252)**	-	**(55.252)**	-
Aquisição de ações de emissão própria	**(213.728)**	(76.367)	**(213.728)**	(76.367)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**2.715.052**	**6.102.101**	**2.063.312**	**7.198.238**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	**-**	**-**	**9.963**	**(192.760)**
Variação líquida no exercício	**(1.096.378)**	2.574.054	**(1.003.697)**	2.775.911
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.097.027**	1.522.973	**5.067.530**	2.291.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.000.649**	**4.097.027**	**4.063.833**	**5.067.530**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**12.458.897**	5.540.209	**56.692.830**	35.388.600
Outras receitas	**13.288**	3.477	**(3.353)**	12.582
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(7.180)**	(6.018)	**(16.498)**	(11.395)
	12.465.005	**5.537.668**	**56.672.979**	**35.389.787**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(7.102.970)**	(3.492.452)	**(25.301.765)**	(25.124.199)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.877.885)**	(855.193)	**(19.034.434)**	(4.925.239)
Perda / Recuperação de valores ativos	**(25.514)**	-	**(53.922)**	(10.081)
Outras	**-**	426	**931**	426
	(9.006.369)	**(4.347.219)**	**(44.389.190)**	**(30.059.093)**
Valor adicionado bruto	**3.458.636**	**1.190.449**	**12.283.789**	**5.330.694**
Depreciação e Amortização	**(286.115)**	(97.515)	**(1.226.300)**	(479.811)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**3.172.521**	**1.092.934**	**11.057.489**	**4.850.883**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**827.857**	475.514	**-**	-
Receitas financeiras	**1.485.847**	665.442	**1.956.073**	1.174.162
Outras	**133**	3.079	**(4.511)**	4.857
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**5.486.358**	**2.236.969**	**13.009.051**	**6.029.902**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	**988.169**	422.958	**5.769.952**	2.775.914
Benefícios	**149.406**	50.128	**1.249.552**	655.593
FGTS	**67.938**	23.639	**75.561**	23.870
	1.205.513	**496.725**	**7.095.065**	**3.455.377**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**528.790**	187.818	**913.015**	372.047
Estaduais	**593.386**	142.859	**844.506**	189.598
Municipais	**2.486**	193	**3.397**	1.393
	1.124.662	**330.870**	**1.760.918**	**563.038**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**3.338.817**	1.162.163	**4.206.986**	1.720.528
Aluguéis	**54.318**	18.422	**65.301**	33.747
Outras	**65.796**	8.079	**144.781**	37.084
	3.458.931	**1.188.664**	**4.417.068**	**1.791.359**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	**-**	122.953	**-**	122.953
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	**(302.748)**	97.757	**(302.748)**	97.757
Participação de minoritários nos lucros retidos	**-**	-	**38.748**	(582)
	(302.748)	**220.710**	**(264.000)**	**220.128**
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**5.486.358**	**2.236.969**	**13.009.051**	**6.029.902**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A JBS S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com trinta e seis unidades industriais localizadas nos Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Tocantins e Bahia.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e um terminal de contêineres para exportação na cidade de Santos.

A Companhia se utiliza de operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

Após a incorporação da Bertin, em 29 de dezembro de 2009, a Companhia iniciou atuação no ramo de atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçados e artefatos, nos estágios de Wet Blue, Semi Acabado e Acabado. A Companhia possui uma estrutura de dezenove unidades industriais próprias, três unidades arrendadas e sete unidades prestadoras de serviços localizadas nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Maranhão, Pará, Tocantins, Goiás e Rio Grande do Sul.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho - Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e venda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América. Desde abril de 2009, decorrente de um litígio entre os acionistas da controladora da Beef Snacks, a joint venture Beef Snacks International B.V, a qual possui seu controle compartilhado (50% pela JBS Global A/S, controlada direta da JBS S.A., e 50% pela Link International Meat Products Ltd., empresa sediada nos EUA), a Beef Snacks interrompeu temporariamente suas operações industriais. A Administração, amparada pelo posicionamento de seus assessores jurídicos, vem adotando as medidas legais para solucionar o referido litígio, visando o breve retorno das operações, assim como o incremento de suas atividades.

Com a incorporação do frigorífico Bertin S.A. houve uma sinergia e unificação das operações, inclusive novos negócios foram agregados às operações da Companhia.

A Bertin era constituída por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

A Bertin possuía um total de quarenta e nove unidades, sendo quinze unidades de Curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; quinze unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; seis unidades Comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; quatro unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; duas Transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; quatro lojas de vendas de carnes (Beef Shoppings) localizadas no Estado de São Paulo e Paraná; uma unidade de Subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; uma unidade de Charque localizada no Estado de São Paulo; uma unidade de Produtos animais “Pet” localizada no Estado de São Paulo e uma unidade de Reciclagem, localizada no Estado de São Paulo.

A controlada Biolins Energia S.A. (Biolins), localizada no município de Lins, Estado de São Paulo, tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação, com autorização do Poder Público competente.

A controlada Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaiçara, Estado de São Paulo, tem como atividades a exploração, industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor protéico mínimo de 99%, sendo a maior empresa do mundo em produção e venda de fibra natural de colágeno. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para continentes como Europa, América Latina, Ásia e Oceania.

A controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (Vigor) com sede na cidade de São Paulo tem como objetivo industrializar e comercializar laticínios em geral, leite "in natura" e derivados e também no refino, na industrialização e na comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. A Vigor, mediante concessão de registro pelo "Foods and Drug Administration - FDA", está credenciada a exportar para os Estados Unidos da América, sendo que esse registro autoriza a exportação de toda a sua linha de produção.

Em dezembro de 2009, a Vigor incorporou as Companhias Leco de Produtos Alimentícios (Leco) e Laticínios Serrabella Ltda (Serrabella), com as seguintes operações:
i) Leco: A atividade consiste no refino, industrialização e comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. Possui unidades produtivas em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Anápolis, Estado de Goiás e Santo Inácio, Estado do Paraná. Atua no mesmo mercado da Vigor, como grandes redes, food service e pequeno varejo, com maior volume de vendas concentrado na região sudeste.
ii) Serrabella: A atividade consiste na fabricação de queijos especiais e fondue. Possui unidade produtiva em Lavras, Estado de Minas Gerais e a comercialização é feita por São Paulo, juntamente com os produtos da Vigor, com maior volume de vendas concentrado na região sudeste.

A controlada Cascavel Couros Ltda. (Cascavel), localizada no Município de Cascavel, Estado do Ceará, tem por atividade industrialização, comercialização, exportação e importação de couros, peles e seus derivados, preparo, acabamento e industrialização de estofamento e outros artefatos de couros. É especializada no beneficiamento de couros bovinos e subprodutos, dedicando-se à produção de couros nos estágios wet blue, semi-acabado e acabado. A Cascavel compra o couro das unidades frigoríficas do Grupo JBS e concentra suas vendas no mercado interno, mas principalmente na exportação para Itália e Estados Unidos.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na Província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

Atualmente em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de: San Jose, Colonia Caroya, Consignaciones Rurales e parcialmente em Pontevedra.

A controlada JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e treze confinamentos. Na Austrália opera com onze frigoríficos duas fábricas de beneficiamento de se bovinos e seis confinamentos de bovinos. A JBS USA também opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoadas por 32 fábricas de rações, quarenta e uma incubadoras, onze instalações de processamento adicional, e três instalações de fábrica de rações, nos Estados Unidos da América e México.

A JBS USA divide a sua operação em três grandes segmentos: Beef, operando o negócio de origem bovina; Pork, operando o negócio de origem suína; e Chicken, operando o negócio de aves adquirido através da Pilgrim's Pride (PPC), ambos no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Smithfield Beef, que foi renomeada para JBS Packerland, possui quatro plantas de abate de bovinos e uma unidade de confinamento de bovinos, e a Five Rivers, atualmente JBS Five Rivers, possui onze unidades de confinamento de bovinos.

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária PPC é uma empresa sediada em Pittsburgh, Texas, Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

Na JBS USA, a subsidiária Sampco, Inc. (Sampco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada, da América do Sul e a revenda, desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Sampco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Jerky Snack Brands, Inc (Jerky Snack), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak, Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). A Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos da América, sendo o seu principal mercado consumidor os Estados Unidos da América. Desde abril de 2009, decorrente de um litígio entre os acionistas da controladora da Jerky Snack, a joint venture Beef Snacks International B.V, a qual possui seu controle compartilhado (50% pela JBS Global A/S, controlada direta da JBS S.A., e 50% pela Link International Meat Products Ltd., empresa sediada nos EUA), a Jerky Snack interrompeu temporariamente suas operações industriais. A Administração, amparada pelo posicionamento de seus assessores jurídicos, vem adotando as medidas legais para solucionar o referido litígio, visando o breve retorno das operações, assim como o incremento de suas atividades.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovinas, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A, (Inalca JBS), que é líder absoluta na Itália, sendo uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e nove instalações internacionais localizadas na Europa e na África.

Na Inalca JBS, a subsidiária Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas “Montana” e “IBIS”, a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os Mercados Europeu, Africano, Sul Americano, Holandês e Belga, comercializando carne cozida, dentre outros produtos. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização de produtos e desenvolvimento de novos produtos.

A controlada direta CJSC Prodcontract (Prodcontract) é uma empresa localizada na Rússia, importadora e distribuidora de carne in natura e congelada para o mercado Russo, figura entre as três maiores importadoras de carne do mercado Russo.

A controlada indireta Bertin Paraguay S.A (Bertin Paraguay), localizada em Assunção, Paraguai, abate e processa carnes bovinas congeladas, resfriadas e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados. Em julho de 2009 a Bertin Paraguay incorporou uma nova planta, denominada San Antonio, que entrou em operação no segundo semestre de 2010.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carnes bovinas “in natura” para exportação e venda local de carnes congeladas e resfriadas. Também vende cortes de carnes com osso, miúdos, vendidos principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Egygate Distribution (Egygate), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta Mirs Cold Centers and Storage (Mirs Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de frutas e carnes.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e vendas de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende carne de beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido principalmente para o mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores.

A controlada indireta Prometex SAM (Prometex), localizada em Mônaco, comercializa principalmente cortes bovinos "in-natura" congelados , comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS para venda no mercado Russo e Egípcio.

A controlada JBS Itália s.r.l. (JBS Itália), localizada na cidade de Arzignano, Itália, atua no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado externo europeu, produzindo couros nos estágios semi acabado e acabado.

c) Inalca JBS

Em 7 de julho de 2010, a JBS S.A. ajuizou uma medida cautelar na Justiça Italiana, objetivando discutir assuntos pendentes de Governança Corporativa com o Grupo Cremonini, de quem em 22 de dezembro de 2007 a JBS adquiriu 50% da Inalca, formando a Inalca JBS (que representava em 31 de março de 2010 a participação de 2,8% da receita consolidada da JBS).

Os assuntos pendentes correspondem, principalmente, ao não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais, relacionadas a (i) acesso completo à formação dos números financeiros e às instalações da Inalca JBS e suas subsidiárias, por parte dos membros do conselho de Administração indicados pela Companhia (incluindo o Presidente do Conselho) e (ii) o cumprimento da cláusula contratual que delega à Companhia a nomeação do Diretor Administrativo e Financeiro da Inalca JBS, e o pleno exercício de suas atividades, bem como os diretores administrativos financeiros de quaisquer subsidiárias da Inalca JBS e suas subsidiárias, e o pleno exercício de suas atividades, (iii) - pleno funcionamento do Órgão de Auditoria Interna. Através dessa ação, a Companhia acredita que alcançará o equilíbrio administrativo adequado na Inalca JBS e que preservará os interesses de seus acionistas.

Em 2 de agosto de 2010, foi protocolado na ICC (Câmara de Comércio Internacional) em Paris (França), pedido de intervenção pela Câmara para determinar o cumprimento dos citados assuntos pendentes de Governança Corporativa na Inalca JBS.

A impossibilidade de exercer algumas funções de controle garantidas por cláusulas contratuais válidas no âmbito de Governança Corporativa da Inalca JBS gerou dúvidas quanto a qualidade e credibilidade da formação das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Como consequência de todos os citados procedimentos jurídicos e dúvidas quanto a qualidade e credibilidade da formação e origem das informações contábeis da Inalca JBS, Montana Alimentari e suas respectivas subsidiárias, as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não possuem os efeitos da equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS, referente ao período de 1 de abril ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ver nota explicativa 3. Dessa forma, para fins de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis, foram assumidas as informações do primeiro trimestre da Inalca JBS e suas subsidiárias.

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um “Termination Agreement” (Distrato), pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS, de acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Diante do exposto a Companhia estima que o referido distrato resulte em uma perda, considerando os eventuais efeitos tributários, de aproximadamente de R$ 16.839, considerando a baixa do saldo contábil do saldo do investimento, ágio (intangível), débito a pagar à Cremonini e variação cambial sobre o investimento registrada no patrimônio líquido atualizado até 31 de dezembro de 2010.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2011.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e estão de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Demonstrações contábeis individuais (controladora)

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Devido a adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 15 ao 43, a Companhia e suas controladas, em consonância com a Deliberação CVM 592/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 23, efetuou certos ajustes nos saldos das demonstrações contábeis em 1 de janeiro de 2009 e 31de dezembro de 2009 e na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias estão a valor justo, o que define que os investimentos da Controladora, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão também a valor justo. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3(R)/CPC 15 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. É reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
(iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
(iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas;
(v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia e suas controladas baseiam suas expectativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos ou passivos financeiros são inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. O valor de mercado reconhecido em suas demonstrações contábeis pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das demonstrações contábeis.

d) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional adotada pela Companhia é o Real (R$). Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas definidas pelo IFRS a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

f) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

g) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

h) Investimentos - controladora

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

i) Ativo biológico

De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como, cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market - MtM" cujo efeito deverá ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado, vide nota 13.

j) Imobilizado

De acordo com o IFRS 1/CPC 43 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo "fair value" e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado a "fair value", demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada. Durante o ano de 2010 os referidos laudos de reavaliação foram revisados e não apresentaram variações significativas. Essas reavaliações estão sendo realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

k) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis com vida útil definida. Ativos intangiveis adquiridos separadamente são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio e, posteriormente, aos outros ativos, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício, e a perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.
Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

l) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, nas demonstrações contábeis consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

No fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

o) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos declarados”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

p) Minoritários

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração do resultado do exercício.

q) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

r) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

t) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a

Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas na Argentina e na Itália aplicadas respectivamente na JBS Argentina e suas subsidiárias e na Inalca JBS e suas subsidiárias, são semelhantes as práticas contábeis internacionais - IFRS.

As práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América pela JBS USA e suas subsidiárias apresentam diferenças em relação às práticas contábeis internacionais - IFRS, e foram devidamente ajustadas, conforme abaixo:

Estoque: Diferença de metodologia de avaliação de estoque de produtos acabados, pois de acordo com o USGAAP, permite-se que sejam efetuadas valorizações a mercado. No entanto, segundo o IAS 2/CPC 16 - Estoques, tal procedimento é vedado sendo requerido a valorização de produtos acabados pelo método de custo ("custo líquido de realização (NRV)"). A diferença de prática em questão acarretou em um ajuste de R$ 45.600 no grupo de contas de Custo das Mercadorias Vendidas, pois trata-se de um efeito do exercício.

Impostos diferidos: Em virtude das diferenças de prática supra mencionadas, a Companhia apurou Impostos diferidos com reflexos no resultado do exercício no montante de R$ 17.443 de acordo com a competência originada pelos ajustes de GAAP.

Inalca JBS

Conforme mencionado na nota explicativa 1.c, as demonstrações contábeis da JBS S.A. não consolidam as informações contábeis da Inalca JBS do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Administração adotou o procedimento de consolidar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com as informações contábeis da Inalca JBS do período de três meses findos em 31 de março 2010.

Dessa forma, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia apresentam em suas linhas de ativo, passivo e resultado os saldos e movimentos da Inalca JBS até 31 de março de 2010.

Com a finalidade de prover informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis, considerando a relevância do investimento da Companhia na Inalca JBS, e consequentemente propiciar maiores detalhes para efeitos de comparabilidade, apresentamos a seguir as demonstrações contábeis consolidadas pro forma da JBS. S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com as informações contábeis da Inalca JBS do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

		31.03.10	31.12.10	
ATIVO	**JBS S.A. Consolidado***	**Inalca JBS**	**Inalca JBS**	**JBS S.A. Pró-forma**
Caixa e equivalentes de caixa	4.063.833	26.045	27.994	**4.065.782**
Contas a receber de clientes	3.904.483	151.815	149.401	**3.902.069**
Estoques	4.711.938	173.681	177.779	**4.716.036**
Imposto a recuperar	2.033.117	20.519	17.236	**2.029.834**
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.929.267	34.387	28.037	**1.922.917**
Imobilizado	15.219.343	595.142	543.052	**15.167.253**
Intangível	12.667.244	31.503	33.280	**12.669.021**
TOTAL DO ATIVO	**44.529.225**	**1.033.092**	**976.779**	**44.472.912**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Fornecedores	2.837.973	159.014	163.481	**2.842.440**
Empréstimos e financiamentos	15.564.727	304.351	267.980	**15.528.356**
Debêntures conversíveis	3.462.212	-	-	**3.462.212**
Outros passivos circulantes e não circulantes	3.969.464	100.492	102.443	**3.971.415**
Patrimônio líquido	18.694.849	469.235	445.475	**18.671.089**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**44.529.225**	**1.033.092**	**979.379**	**44.475.512**

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
	JBS S.A. Consolidado*	**Inalca JBS ****	**JBS S.A. Pró-forma**
Receita operacional líquida	55.055.802	1.089.599	**56.145.401**
Custo dos produtos vendidos	(48.296.810)	(949.127)	**(49.245.937)**
LUCRO BRUTO	**6.758.992**	**140.472**	**6.899.464**
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(4.294.384)	(87.782)	**(4.382.166)**
Resultado financeiro líquido	(2.220.182)	(13.071)	**(2.233.253)**
Demais (despesas) receitas	(216.874)	(3.680)	**(220.554)**
Imposto de renda e contribuição social	(330.300)	(17.765)	**(348.065)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**(302.748)**	**18.174**	**(284.574)**
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)			
Resultado antes da provisão para IR/CS	66.300	42.147	**108.447**
Resultado financeiro líquido	2.220.182	13.071	**2.233.253**
Depreciação e amortização	1.226.300	37.545	**1.263.845**
Ganho de compra vantajosa	9.463	-	**9.463**
Despesas não recorrentes	233.951	-	**233.951**
VALOR EBITDA	**3.756.196**	**92.763**	**3.848.959**

* Contemplando primeiro trimestre de 2010 da Inalca JBS.

** Informações não auditadas, referente a soma do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2010 da Inalca JBS.

u) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

v) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

w) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

x) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

y) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 Efeitos da adoção inicial das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

Adoção inicial do IFRS (International Financial Reporting Standards) - Demonstrações contábeis consolidadas

O IFRS 1 (“First-time adoption of International Reporting Standards” – Primeira adoção das práticas contábeis internacionais) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do IASB - (International Accounting Standards Board) em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis consolidadas nas práticas contábeis internacionais- IFRS, sendo a data base de 31 de dezembro de 2010. O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS, conforme políticas contábeis definidas nas notas explicativas 2 e 3.

Adoção das novas práticas contábeis do Brasil - Demonstrações contábeis individuais

O CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões internacionais de contabilidade em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis. Desta forma, na data base de 31 de dezembro de 2010, o CPC 37 (R1) também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações nos padrões internacionais, conforme políticas contábeis definidas nas notas explicativas 2 e 3.

Na preparação das suas demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Interpretação à adoção inicial do IFRS x adoção das novas práticas contábeis do Brasil

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações contábeis individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas demonstrações contábeis individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dessa forma a Administração entende que os pronunciamentos emitidos pelo CPC são completamente convergentes com o padrão internacional de contabilidade, segundo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas internacionais - IFRS (Consolidado) e novas práticas contábeis do Brasil (Controladora) , a data de apresentação inicial (data de transição) foi considerada como sendo 1 de janeiro de 2009, sendo esta a data para mensuração inicial e apresentação das divulgações da Companhia e de suas controladas.

Embora a Companhia esteja apresentando as primeiras demonstrações contábeis anuais adotando as normas internacionais - IFRS (Consolidado) e novas práticas contábeis do Brasil (Controladora) em 31 de dezembro de 2010, cabe ressaltar que a Companhia adotou antecipadamente na data-base de 31 de março de 2010 o IFRS 1 / CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, sendo que essas demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas seguindo os preceitos do IFRS 1 / CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais e IAS 34 / CPC 21 - Demonstrações intermediárias.

Regime Tributário de Transição

Por meio da Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09, foi instituído o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, o qual trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07. De acordo com a opção pelo RTT, as apurações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) continuaram a ser determinadas de acordo com os dispositivos da Lei 6.404 vigentes em 31 de dezembro de 2007. A partir de 2010, o RTT passou a ser obrigatório e consistente com as práticas adotadas nos exercícios de 2008 e 2009.

Efeitos no patrimônio líquido e resultado oriundos da aplicação do IFRS 1 / CPC 37 (R1)

A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição com aquelas adotadas na apresentação das demonstrações contábeis comparativas estão descritas na nota explicativa abaixo, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado.

Conforme definido pelo CPC 37 (IFRS 1) são estabelecidas duas categorias de exceções ao princípio que o balanço patrimonial de abertura deve estar de acordo com todas as IFRS: as isenções e as exceções à aplicação retrospectiva das normas.

Adoção Inicial - Exceções mandatórias da aplicação retrospectiva:

As proibições de aplicações retrospectivas previstas no IFRS 1 não se aplicam à Companhia, uma vez que não há diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas, ou as mesmas não se aplicavam aos negócios da Companhia, conforme a seguir:

(a) Contabilização de *hedge*

A Administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 1 de janeiro de 2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios de contabilização de hedge do IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, naquela data.

(b) Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

(c) Exceções mandatórias não aplicáveis

As seguintes exceções mandatórias não foram aplicadas, visto que não houve diferença significativa com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente:

- Reversão de ativos e passivos financeiros;
- Participação de não controladores.

Adoção Inicial - Isenções de aplicação retrospectiva:

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos IFRS:

(a) Combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37(R1) - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade" e, assim, não reapresentou as combinações de negócios ocorridas em períodos anteriores a 1 de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Valor justo ou reavaliação como custo presumido

A Companhia realizou de modo periódico reavaliações de seus ativos tangíveis, incluindo revisão de suas respectivas vidas úteis, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente. Deste modo, a Administração entende que os valores apresentados na data de transição para IFRS refletem a melhor avaliação e apresentação de custo para o grupo de ativos tangíveis.

(c) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia optou por fixar em "zero" os ajustes acumulados de conversão, basicamente oriundos de variação cambial de investimentos no exterior, de anos anteriores à data de transição de 1 de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada para todas as controladas.

(d) Isenções não aplicáveis

As seguintes isenções opcionais não foram aplicadas, visto que a Companhia não possui operações dessa natureza ou por não ter ocorrido diferença significativa com relação às práticas contábeis adotadas pela Companhia anteriormente:

• A Companhia não possui ganhos ou perdas atuariais atualmente ou até a data de transição de 1 de janeiro de 2009;
• O pagamento baseado em ações, assim como a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas operações;
• Os contratos de seguro, pois a Companhia não possui operações dessa natureza;
• Capitalização de custos dos empréstimos, a Companhia reconheceu os efeitos anteriores a data de transição;
• Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, visto que somente as demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas do Grupo foram preparadas;
• Instrumentos financeiros compostos, visto que o Grupo não possui saldo em aberto relacionado à esse tipo de instrumento financeiro na data de transição de 1 de janeiro de 2009;
• Provisões para descomissionamento incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, visto que o Grupo não possui quaisquer passivos desta natureza;
• Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12/ICPC 01-Contratos de Concessão, uma vez que o Grupo não possui contratos firmados sob o escopo dessas interpretações.
• Transferência de ativos de clientes, a Companhia não possui operações dessa natureza;

Adoção Inicial - Sumário das práticas contábeis e Reconciliação dos ajustes efetuados desde a data de transição:

		1 de janeiro de 2009
		Patrimônio líquido
Saldos Contábeis em BRGAAP *	**Ref**	**6.134.411**
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a	(2.457)
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b	14.893
Reversão do ativo diferido	c	(1.603)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	794.059
Imposto de renda diferido	e	55.321
Outros ajustes	f	(729)
Total dos ajustes de divergências de práticas		**859.484**
Saldos Contábeis em IFRS		**6.993.895**

		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Resultado
Saldos Contábeis em BRGAAP *	**Ref**	**16.728.086**	**129.424**
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a	**1.642.890**	-
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b	**37.036**	22.143
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	**(6.342)**	(6.342)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	**480.533**	(136.220)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	**185.189**	185.189
Imposto de renda diferido	e	**84.796**	29.475
Outros ajustes	f	**(1.667)**	(2.959)
Total dos ajustes de divergências de práticas		**2.422.435**	**91.286**
Saldos Contábeis em IFRS		**19.150.521**	**220.710**

		31 de dezembro de 2010	
		Patrimônio líquido	Resultado
Saldos Contábeis em BRGAAP *	**Ref**	**17.224.116**	**106.876**
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	a	**49.027**	11.991
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	b	**1.100.478**	-
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	**49.449**	55.791
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	**141.511**	(339.022)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	**154.519**	(9.463)
Imposto de renda diferido	e	**(38.223)**	(123.020)
Outros ajustes	f	**13.972**	(5.901)
Total dos ajustes de divergências de práticas		**1.470.733**	**(409.624)**
Saldos Contábeis em IFRS		**18.694.849**	**(302.748)**

* Entende-se como "BRGAAP" as práticas contábeis brasileiras vigentes a partir 1 de janeiro de 2009, ou seja, CPC 01 ao CPC 14 e suas respectivas Interpretações e orientações técnicas.

(a) - Reclassificação relativa a apresentação da participação de minoritários para o Patrimônio Líquido de acordo com o IAS 1/CPC 26 -Apresentação das Demonstrações financeiras

(b) - De acordo com o IAS 23 (R)/CPC 20 - Custos de empréstimos, os custos dos empréstimos relacionados aos financiamentos para construção de ativos qualificáveis devem ser agregados ao custo do ativo.

(c) - De acordo com IAS 38/CPC 04(R1) - Ativo intangível , o ativo diferido foi extinto, sendo quaisquer saldos remanescentes classificados como despesa (se aplicável).

(d) - Refere-se ao ajuste de prática adotado entre o tratamento contábil para aquisição de empresas, fair-value, uma vez que na JBS USA aplicou-se a metodologia de contabilização de aquisições de empresas por meio do seu valor justo, sendo seus reflexos classificados no resultado do exercício representados substancialmente por depreciações e amortizações, das respectivas "mais valia".

(e) - Refere-se ao impacto de imposto de renda diferido relativo às diferenças de práticas identificadas.

(f) - Outros ajustes relativos as diferenças de prática.

(g) - De acordo com o IAS 41/CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, os ativos biológicos com mercado ativo devem ser valorizados a valor justo

(h) - Refere-se à diferença de práticas relacionadas no item 2.b, (Aquisição PPC) onde houve ganho de barganha devido ao preço negociado de aquisição, visto que a PPC estava em recuperação judicial, levando a um valor de negociação menor do que o valor de mercado.

Normas, alterações e interpretações que não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas já existentes ainda não estão em vigor e, também, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. No entanto, a Administração não espera que a adoção destes possam provocar mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

• IFRS 1 (alterações)/CPC 37(R1) – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de julho de 2011. Alterações referentes a economias com fortes impactos hiper-inflacionários e remoção de datas fixas para primeiros adotantes, mudanças na política contábil no ano da adoção, base de reavaliação como custo atribuído (*deemed cost*) e uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados;

• IFRS 7 (alterações)/CPC 40 – Instrumentos Financeiros. Apresentação: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011. As alterações visam enfatizar a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com instrumentos financeiros. Resultante de propostas que foram definidas na minuta de alterações à IAS 39 e IFRS 7.

• IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. Classificação e mensuração de passivos financeiros e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Norma apresenta nova classificação e requisitos de medição de ativos financeiros que substituem a classificação e medição de requisitos previamente incluídos na norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros e novos requisitos para a classificação e mensuração dos passivos financeiros, de retirada de instrumentos financeiros, comprometimento e contabilidade de cobertura são esperados para ser adicionados ao IFRS 9, os quais provavelmente afetarão a contabilização da Companhia. Como resultado, a IFRS 9 acabará por ser um substituto completo para o IAS 39 - Instrumentos Financeiros.

• IAS 1 (alterações)/CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• IAS12 (alterações)/CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2012.

• IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. A IAS foi revisada em decorrência da preocupação de que, na prática, a aplicação das atuais exigências de divulgação e atual definição de partes relacionadas podem ser difíceis de aplicar em ambientes com intenso controle do governo.

• IAS 34 (alterações)/CPC 21 – Demonstrações Contábeis Interinas: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. As alterações reforçam a necessidade de se apresentar as informações de eventos relevantes nas demonstrações contábeis mais recentes.

• IFRIC 13 (alterações)/CPC 30 – Programas de fidelidade: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. As melhorias prevêem que o valor justo dos créditos destes programas de fidelidade deve considerar, também, os valores de descontos ou incentivos que futuramente serão oferecidos ao cliente.

• IFRIC 14 (alterações)/CPC 33 - Antecipações de exigências mínimas de financiamento: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. As melhorias nesta interpretação tratam dos limites sobre ativos de benefícios definidos, das exigências mínimas de financiamento e suas interações.

5 Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC) e Incorporação da Bertin S.A. (Bertin)

Em 28 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária JBS USA, 64% do controle acionário da PPC e incorporou a Bertin, respectivamente, conforme comunicados feitos ao mercado àquela época.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO - Pró - forma

Devido a incorporação da Bertin pela Companhia e aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC pela JBS USA, em data próxima ao encerramento do exercício de 2009, o resultado consolidado, em 31 de dezembro de 2010, sofreu significativo acréscimo, que dificulta a comparabilidade com as demonstrações contábeis do período anterior. Com objetivo de prover melhores condições de análise dessas demonstrações contábeis, com relação à comparabilidade das mesmas, estão sendo apresentados a seguir, o resultado (pró-forma) do consolidado em 31 de dezembro de 2009, incluindo a referida incorporação e aquisição de investimento relevante pela subsidiária JBS USA, com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 com o resultado auferido pela Companhia no exercício corrente:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2010	2009 - "Pró-forma"			
	JBS S.A.	JBS S.A. (Consolidado)	Bertin S.A.	PPC	JBS S.A. Bertin S.A. PPC
Receita operacional líquida	**55.055.802**	34.905.571	7.297.437	13.614.333	**55.817.341**
Custo dos produtos vendidos	**(48.296.810)**	(31.765.938)	(5.652.290)	(12.542.527)	**(49.960.755)**
LUCRO BRUTO	**6.758.992**	**3.139.633**	**1.645.147**	**1.071.806**	**5.856.586**
Despesas administrativas, gerais e com vendas	**(4.294.384)**	(2.351.440)	(1.267.039)	(764.391)	**(4.382.870)**
Resultado financeiro líquido	**(2.220.182)**	(578.975)	(777.055)	(329.541)	**(1.685.571)**
Demais (despesas) receitas	**(178.126)**	193.116	20.800	7.093	**221.009**
Imposto de renda e contribuição social	**(330.300)**	(182.206)	(199.810)	248.228	**(133.788)**
Participação minoritária no resultado de controladas	**(38.748)**	582	(8.050)	(486)	**(91.729)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**(302.748)**	**220.710**	**(586.007)**	**232.709**	**(216.363)**
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (Resultado antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)					
Resultado antes da provisão para IR/CS	**66.300**	402.334	(378.147)	(15.519)	**8.668**
Resultado financeiro líquido	**2.220.182**	578.975	777.055	329.541	**1.685.571**
Ganho de compra vantajosa	**9.463**	-	-	-	**-**
Depreciação e amortização	**1.226.300**	479.811	345.671	453.300	**1.278.782**
Despesas não recorrentes	**233.951**	-	-	-	**-**
Impairment, reestruturação e outros	**-**	**-**	**4.131**	**256.692**	**260.823**
VALOR EBITDA	**3.756.196**	**1.461.120**	**748.710**	**1.024.014**	**3.233.844**

6 Combinações de negócios

6.1 - Incorporação Bertin

Em 16 de setembro de 2009, a J&F e a ZMF, até então acionistas da Companhia e os acionistas controladores da Bertin, concordaram em iniciar um processo de associação das empresas, sendo a Bertin uma empresa brasileira que era uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina. De acordo com os termos do contrato de associação: (1) os acionistas controladores da Companhia concordaram em contribuir as ações da Companhia por eles detidas, direta ou indiretamente, representativas de 51,4% da Companhia, em troca de ações a serem emitidas por uma holding recém-constituída, denominada FB Participações; e (2) os acionistas controladores da Bertin concordaram em contribuir a totalidade de suas ações representativas de 73,1% da Bertin em troca de ações que foram emitidas pela FB Participações.

Os custos de transação incorridos durante a combinação de negócios da Bertin S.A. foram de aproximadamente R$ 8.640, os quais foram integralmente registrados durante o exercício de 2010.

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, para aumento de capital da FB Participações, atual acionista da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2009 referido processo de associação foi concluído com da Bertin através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão da Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação da Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores da Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB Participações, no valor total de R$ 4.949.046, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB Participações.

Com relação aos ganhos esperados com a incorporação da Bertin, a Companhia tem tido ganhos de sinergia e acredita que poderá ainda se beneficiar com a redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administração, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

O valor do negócio, que ocasionou a incorporação da Bertin pela Companhia, foi realizado pelo montante de R$ 11.987.963, correspondente a incorporação de 100% do patrimônio líquido da incorporada. O valor pago está fundamentado pelo valor econômico da Bertin na data da operação, e o ágio total (excesso) gerado foi de R$ 9.460.609, como segue na tabela abaixo:

Resumo da operação de alocação do ágio - R$ mil	
Valor investido na Bertin	11.987.963
Patrimônio Líquido da Bertin em 31/12/2009	2.527.354
Ágio gerado na operação	**9.460.609**

Para fins de alocação do ágio, nos termos da IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foram apuradas mais valias referentes aos grupos de imobilizado e intangível (basicamente marcas e patentes). Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme IFRS 3 (R) e IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro. Com relação às marcas e patentes foram considerados as avaliações da divisão de Lácteos (Vigor e Leco), e também do segmento de processados da divisão carnes (Bertin). O cálculo do ágio residual por rentabilidade futura (goodwill), após a alocação das mais valias geradas às determinantes contas do ativo que as originaram, encontra-se apresentado abaixo:

Alocação do ágio - R$ mil	
Ágio gerado na operação	**9.460.609**
(-) Valor justo do imobilizado	(146.152)
(-) Valor justo de marcas e patentes	(267.959)
(+) Reflexo do IR/CS das investidas	23.428
Ágio residual (Goodwill)	**9.069.926**

A parcela residual do ágio após as alocações supramencionadas foi registrada como "Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura", para fins contábeis, o qual não é amortizável, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade (teste de impairment) para atendimento ao IAS 38/CPC 04(R1) - Ativo intangível.

6.2 - Aquisição da Pilgrim's Pride

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA celebrou um acordo de compra de ações com a Pilgrim's Pride Corporation - PPC ("Acordo PPC"), que estava operando sob a proteção do capítulo 11 do Código de Falências dos Estados Unidos da América. Nos termos do Acordo PPC e Plano de Reestruturação PPC, a JBS USA comprou 64% das ações da PPC em circulação através de um investimento direto de US$ 800.000 mil (R$ 1.392.000) em 28 de dezembro de 2009 para que a PPC saísse da situação de falência. Os US$ 647.988 mil (R$ 1.128.000) inicialmente atribuído à participação de não controladores foi calculada com base no número de ações ordinárias em circulação (77.141.389), multiplicado pelo preço de cotação da ação no mercado de US$ 8,40 na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos durante a compra da PPC foram de US$ 8.300 mil (R$ 14.500) , dos quais foram registrados US$ 3.300 mil (R$ 5.700) durante o exercício de 2009 e US$ 5.000 mil (R$ 8.000 mil) durante o período encerrado em 28 de março de 2010 (encerramento trimestral na PPC). A aquisição resultou em um ganho de barganha final de US$ 88.743 (R$ 154.693) reconhecido diretamente ao resultado da JBS USA. O ganho foi reconhecido com base no excesso do valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação ao preço de aquisição e o valor justo agregado das participações minoritárias, sendo reconhecido nas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia refletem a aquisição da PPC contabilizada como uma aquisição em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios ("Business Combinations"). A JBS USA adquiriu a participação de 64% do capital da PPC, a fim de adicionar produtos de frango à existente linha de carne de boi e de porco, permitindo a venda cruzada diante dos clientes com o intuito de diversificar os riscos típicos da indústria, tais como os ciclos da própria indústria e mudanças na preferência dos consumidores de proteínas. Os ativos adquiridos incluem 29 unidades operacionais de frango, apoiados por 31 fábricas de ração, 41 incubadoras, onze instalações de processamento, nove unidades de transformação, e três instalações de ração para animais domésticos nos Estados Unidos da América e México.

Os resultados da PPC estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir da data de aquisição, incluindo encargos de reestruturação administrativa de US$ 25.900 mil (R$ 45.100) e itens de reorganização de US$ 7.100 milhões (R$ 12.400), lançados durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A alocação final do preço de compra foi determinada após a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra final é apresentada a seguir e esteve sujeita a alterações, as quais ocorreram no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinação de Negócios. Os montantes apresentados refletem o valor justo final dos ativos individuais e passivos assumidos em 28 de dezembro de 2009.

Apuração do ganho de barganha

Valor investido na Pilgrim's Pride Corporation - PPC	1.392.960
Valor justo da participação de não controladores	1.128.277
Total do valor pago e participação de não controladores	**2.521.237**
Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos	2.675.756
Valor estimado do ganho de barganha	**154.519**

Alocação do valor estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos na Pilgrim's Pride Corporation - PPC:

A alocação do valor estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos, nos termos da IFRS3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foram utilizadas apenas as mais valias referentes aos grupos de imobilizado e intangível e menos valia de ativos correntes. Os passivos fiscais diferidos e demais ajustes nos ativos (como despesas antecipadas) não são aplicáveis, conforme IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de Negócios e IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro. O valor justo da participação dos não controladores na adquirida foi mensurado na data da aquisição, com base nos preços no mercado ativo das ações não detidas pela adquirente.

(+) Valor justo do imobilizado	1.061.470
(+) Valor justo de intangíveis	72.610
(-) Valor justo de outros ativos correntes	(64.773)
(-) Reflexo do IR/CS das investidas	(408.299)
(-) Valor justo da participação dos não-controladores	(506.489)
Total da alocação do preço de compra	**154.519**

7 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Disponibilidades	**825.171**	3.712.853	236.432
CDB - DI	**1.810.529**	367.757	1.147.326
Fundos de investimentos	**264.681**	16.417	139.215
Títulos públicos - LTN	**100.268**	-	-
	3.000.649	**4.097.027**	**1.522.973**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Disponibilidades	**1.865.925**	**4.551.441**	975.196
CDB - DI	**1.826.496**	**497.268**	1.150.604
Fundos de investimentos	**271.144**	**18.821**	165.819
Títulos públicos - LTN	**100.268**	**-**	-
	4.063.833	**5.067.530**	**2.291.619**

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Aplicações em títulos públicos – LTN são ativos de renda fixa.

Fundos de Investimentos

A Companhia é cotista exclusiva nos fundos de investimentos Novo Eldorado Fundo de Investimento Multimercado (Fundo Novo Eldorado) e no Ediom Fundo de Investimento Multimercado (Fundo Ediom), cujas aplicações em 31 de dezembro de 2010 são de R$ 112.937 e R$ 151.744 (R$ 13.908 e R$ 1.000 em 31 de dezembro 2009), respectivamente. As referidas aplicações correspondem a instrumentos financeiros classificados como títulos em negociação.

Em 31 de dezembro de 2010, a composição da carteira desses fundos é de aproximadamente 81% de investimento em títulos públicos federais com atualização pela variação da Selic, e do restante somente 0,5% referem-se a investimento em instrumentos financeiros derivativos, posição considerada imaterial conforme definições descritas nos itens 24, 26 e 30 da Estrutura Conceitual Básica promulgada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Conforme demonstrações contábeis arquivadas pelos respectivos fundos na CVM, segue abaixo composição dos Patrimônios líquidos e Nocional dos fundos de investimentos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	31.12.10		31.12.09	
	Patrimônio Líquido	Nocional **(a)**	Patrimônio Líquido	Nocional **(a)**
Fundo Novo Eldorado	**112.938**	**3.283.794**	13.930	10.057
Fundo Ediom	**151.743**	**48.580.653**	1.000	-

(a) - O Nocional contábil, extraído das demonstrações dos respectivos fundos, contempla a soma das posições compradas e vendidas, sem considerar o efeito líquido entre essas posições.

Abaixo o efeito do Nocional, demonstrando a abertura por mercadoria na BM&F Bovespa e o efeito líquido entre posições compradas e vendidas na data-base de 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Fundo Novo Eldorado	
	31.12.10	31.12.09
Futuros (Bovespa, Boi futuro, Moeda e Juros)		
Posições Compradas	**3.179.831**	691
Posições Vendidas	**103.963**	9.366
Efeito líquido - Futuros	**3.075.868**	**(8.675)**

Riscos relacionados ao Fundo Novo Eldorado

Os riscos aos quais o fundo está exposto estão alinhados com as políticas do fundo e enquadrados nos limites de VaR (Value at Risk), "stop loss" e alavancagem aprovados com o cotista. O VaR é calculado para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Em 31 de dezembro de 2010 o VaR - Value at Risk para o Fundo Novo Eldorado é de R$ 4.500 (R$ 13 em 31 de dezembro de 2009).

	Fundo Ediom	
	31.12.10	31.12.09
Opções (Moedas e Juros)		
Posições Compradas	**24.081.403**	-
Posições Vendidas	**24.033.125**	-
Efeito líquido - opções	**48.278**	**-**
Futuros (Bovespa, Boi futuro, Moeda e Juros)		
Posições Compradas	**323.521**	-
Posições Vendidas	**142.604**	
Efeito líquido - Futuros	**180.917**	**-**
EFEITO líquido - Opções e Futuros	**229.195**	**-**

Riscos relacionados ao Fundo Ediom

O efeito líquido de opções sobre índices de juros resume-se a 45.000 contratos de posições lançadas (vendidas) contra 45.000 contratos de posições titulares (compradas).

O efeito líquido de opções sobre moedas resume-se a 300 contratos de posições lançadas (vendidas) contra 500 contratos de posições titulares (compradas).

Os riscos aos quais o fundo está exposto estão alinhados com as políticas do fundo e enquadrados nos limites de VaR (Value at Risk), "stop loss" e alavancagem aprovados com o cotista. O VaR é calculado para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Em 31 de dezembro de 2010 o VaR - Value at Risk para o Fundo Ediom é de R$ 508.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Duplicatas a vencer	**1.333.676**	770.116	505.910
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias	**164.516**	316.443	35.802
De 31 a 60 dias	**80.638**	101.783	6.277
De 61 a 90 dias	**49.333**	51.675	6.589
Acima de 90 dias	**154.063**	156.962	7.875
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.191)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	**(109.497)**	(123.602)	(8.271)
	339.053	**503.261**	**47.081**
	1.672.729	**1.273.377**	**552.991**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Duplicatas a vencer	**2.961.668**	**2.279.432**	1.679.292
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias	**577.615**	606.157	449.001
De 31 a 60 dias	**206.581**	167.136	71.726
De 61 a 90 dias	**69.803**	68.543	24.236
Acima de 90 dias	**235.510**	233.347	63.050
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.191)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	**(146.694)**	(153.178)	(29.393)
	942.815	**922.005**	**577.429**
	3.904.483	**3.201.437**	**2.256.721**

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros , segue a movimentação da PCLD:

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Saldo inicial	**(123.602)**	**(8.271)**	**(3.848)**
(+) Adições	**(7.180)**	(6.018)	(4.423)
(+) Incorporação	**-**	(109.313)	-
(-) Baixas	**21.285**	-	-
Saldo final	**(109.497)**	**(123.602)**	**(8.271)**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Saldo inicial	**(153.178)**	**(29.393)**	**(9.164)**
(+) Adições	**(16.498)**	(11.395)	(9.364)
(+) Incorporação	**(10.015)**	(109.605)	(12.606)
(+) Variação Cambial	**71**	(2.785)	1.741
(-) Baixas	**32.926**	-	-
Saldo final	**(146.694)**	**(153.178)**	**(29.393)**

9 Estoques

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Produtos acabados	**618.073**	422.202	489.953
Produtos em processo	**181.574**	80.507	674
Matéria-prima	**198.246**	154.809	1.978
Almoxarifado	**111.579**	101.018	46.905
	1.109.472	**758.536**	**539.510**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Produtos acabados	**2.885.089**	2.292.871	1.770.198
Produtos em processo	**872.050**	629.394	157.745
Matéria-prima	**704.471**	326.555	70.213
Almoxarifado	**250.328**	227.825	272.161
	4.711.938	**3.476.645**	**2.270.317**

O aumento do saldo dos produtos acabados, produto em processo e matéria prima no exercício de 2010 está diretamente relacionado, na controladora, ao incremento da operação de couros e aumento do preço do gado. No consolidado, além da variação acima, é decorrente também da retomada das operações da PPC e aumento do volume de produção e vendas do segmento "Beef" na JBS USA.

10 Impostos a recuperar

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
ICMS / IVA / VAT/ GST	**997.994**	896.294	379.678
IPI	**58.113**	55.544	51.657
PIS e COFINS	**445.680**	282.683	19.330
IRRF	**79.783**	84.844	25.556
Outros	**60.510**	72.789	9.936
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.182)
	1.642.080	**1.392.154**	**484.975**
Desmembramento:			
Ativo circulante	**1.088.310**	841.306	447.343
Ativo não circulante	**553.770**	550.848	37.632
	1.642.080	**1.392.154**	**484.975**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
ICMS / IVA / VAT	**1.182.901**	1.018.822	476.761
IPI	**118.032**	112.863	111.447
PIS e COFINS	**554.761**	355.882	32.957
IRRF	**85.086**	93.324	29.612
Outros	**92.337**	100.890	38.734
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.182)
	2.033.117	**1.681.781**	**688.329**
Desmembramento:			
Ativo circulante	**1.416.809**	1.066.033	623.022
Ativo não circulante	**616.308**	615.748	65.307
	2.033.117	**1.681.781**	**688.329**

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem), o qual vem sendo contestado pelo Estado de São Paulo. Todavia, o procedimento adotado pela Companhia está amparado na legislação tributária vigente, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos e internos.

Com base em estudos realizados pela Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, os referidos créditos de ICMS foram segregados quanto à sua realização, de circulante para não circulante, no montante de R$ 553.770 no consolidado, realizados no período findo em 31 de dezembro de 2010.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados na Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, amparadas na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, que julgam ser "praticamente certo" o êxito nessas demandas judiciais, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R$ 146.863. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R$ 28.987 permanecendo um saldo remanescente, registrado no ativo não circulante, de R$ 117.876.

11 Transações com partes relacionadas

Transações comercias entre partes relacionadas registradas no balanço como clientes e fornecedores:

	31.12.10		31.12.09		1.01.09	
CONTROLADORA	**Contas a receber de clientes**	**Fornecedores**	**Contas a receber de clientes**	**Fornecedores**	**Contas a receber de clientes**	**Fornecedores**
Controladas diretas						
JBS Confinamento Ltda.	**618**	**43.544**	138	4.638	215	8
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**268**	**1.583**	-	500	-	2.735
JBS USA, Inc	**90**	**-**	-	-	-	-
Inalca JBS S.p.A	**-**	**-**	3.479	4	6.798	-
JBS Itália SRL	**14.932**	**-**	-	-	-	-
S.A. Fabrica de prod. alimentícios vigor	**14.841**	**18**	3.029	3.029	-	-
Cia Leco de Prod. Alimentícios	**29**	**-**	2.152	-	-	-
Cascavel Couros Ltda	**24.208**	**395**	112.872	230.771	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	**1.146**	**163**	1.024	112	-	-
Biolins Energia Ltda	**866**	**2.201**	34.382	22	-	-
Controladas indiretas						
JBS Global Beef Company Lda.	**48**	**-**	48	-	-	-
JBS Global (UK) Limited	**22.089**	**-**	21.920	-	24.625	-
JBS Argentina S.A.	**-**	**4.186**	-	2.259	-	677
The Tupman Thurlow Co.	**-**	**-**	4.432	-	34.258	715
Global Beef Trading SU Lda.	**2.825**	**1**	521	-	-	-
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	**1**	**-**	7	-	5	-
Marr Russia L.L.C	**1.157**	**-**	1.734	-	-	-
SARL Inalca Algerie	**-**	**-**	-	-	129	-
Frimo Sam	**149**	**-**	-	-	-	4
JBS Leather Europe	**8.579**	**-**	-	-	-	-
Austrália Meat	**-**	**10**	-	1.144	-	-
Toledo International NV	**13.036**	**-**	-	-	-	-
Weedel Limited	**4.096**	**-**	-	-	-	-
Sampco Inc.	**24.978**	**-**	30.529	-	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	**-**	**705**	-	533	-	-
Rigamonti Salumificio Spa	**1.629**	**-**	-	-	-	-
Itaholb International	**4.470**	**-**	-	-	-	-
Wonder Best Holding Company	**19.069**	**-**	10.857	-	-	-
Trump Asia Entreprise Ltd	**10.790**	**-**	6.422	-	-	-
Trustful Leather	**6.510**	**-**	-	-	-	-
Bertin Paraguay	**22**	**-**	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
JBS Agropecuária Ltda.	**502**	**-**	137	2.446	143	7.540
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**6.350**	**689**	5.297	238	1.813	83
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	**730**	**87**	-	-	-	-
	184.028	**53.582**	**238.980**	**245.696**	**67.986**	**11.762**

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas:

				31.12.10	31.12.09	1.01.09
CONTROLADORA	**Moeda**	**Vencimento**	**Taxa anual**	**Contratos de mútuo**	**Contratos de mútuo**	**Contratos de mútuo**
Controladas diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	R$	13/9/2011	CDI + 12%	**43.883**	11.455	5.719
JBS Confinamento Ltda.	R$	1/4/2011	CDI + 4%	**142.169**	76.010	14.959
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R$	16/8/2012	CDI + 12%	**54.862**	49.043	57.282
JBS Global A/S (Dinamarca)	R$	16/8/2012	CDI + 12%	**(1.308)**	-	(531)
JBS USA, Inc	US$	16/8/2011	Libor + 2,5%	**(1.538.772)**	-	1.580.340
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	EURO	12/3/2012	4,50%	**(36.771)**	(941.640)	-
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	R$	31/12/2011	CDI	**(215.539)**	(278.228)	-
Cascavel Couros Ltda	R$	31/12/2011	CDI + 12%	**(25.131)**	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	R$	31/12/2011	CDI + 6%	**11.350**	-	-
Biolins Energia Ltda	R$	31/12/2011	CDI + 12%	**78.179**	-	-
Controladas indiretas						
JBS Global Beef Company Lda.	EURO	31/12/2011	Libor + 2%	**(39.156)**	(40.918)	(54.920)
The Tupman Thurlow Co.	US$	5/5/2011	Libor + 3%	**-**	13.943	18.488
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	R$	24/1/2011	CDI + 4%	**82.911**	74.373	72.135
Beef Snacks International BV	EURO	31/12/2012	Libor + 2% a 3%	**3.649**	3.569	4.463
Marr Russia L.L.C	EURO	19/5/2011	12%	**-**	-	2.933
JBS HU Ltd	EURO	19/5/2011	12%	**(96.018)**	(90.108)	-
Sampco Inc.	US$	10/1/2013	Libor + 5%	**-**	11.951	-
Bertin Paraguay	US$	21/7/2011	Libor + 5%	**3.690**	3.660	-
				(1.532.002)	**(1.106.890)**	**1.700.868**

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	31.12.10			31.12.09		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	**3.237**	**-**	**-**	1.694	-	-
JBS Confinamento Ltda.	**14.040**	**200.970**	**3.952**	7.119	82.949	2.121
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**9.727**	**43.576**	**883**	9.878	43.358	-
JBS Global A/S	**-**	**-**	**-**	11	-	-
JBS USA, Inc	**(17.281)**	**-**	**3.510**	21.636	-	1.277
Inalca JBS S.p.A	**-**	**-**	**18.568**	-	-	34.095
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	**(46.375)**	**-**	**-**	(26.722)	-	-
JBS Itália SRL	**53**	**-**	**16.516**	-	-	-
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	**(3.572)**	**159**	**57.090**	-	-	-
Cia Leco de Prod. Alimentícios	**-**	**-**	**16**	-	-	-
Cascavel Couros Ltda	**2.895**	**12.436**	**209.443**	-	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	**158**	**2.122**	**8.125**	-	-	-
Biolins Energia Ltda.	**294**	**28.490**	**7.969**	-	-	-
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	**-**	**-**	**94.880**	-	-	71.818
JBS Argentina S.A	**-**	**10.098**	**-**	-	11.665	-
The Tupman Thurlow Co.	**93**	**-**	**6.293**	800	-	45.328
Global Beef Trading SU Lda.	**-**	**448**	**93.356**	-	-	55.882
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	**10.558**	**18**	**-**	9.408	-	-
Beef Snacks International	**191**	**-**	**-**	(14)	-	-
JBS HU Ltd	**(9.892)**	**-**	**-**	(6.105)	-	-
Frimo Sam	**-**	**-**	**164**	-	-	-
Marr Russia L.L.C	**-**	**-**	**30.742**	15	-	121.347
Australia Meat	**-**	**4.350**	**-**	-	11.346	-
Toledo International BV	**-**	**-**	**22.397**			
Swift & Company Trade Group	**-**	**-**	**211**	-	-	2.955
JBS Leather Europe	**-**	**-**	**8.978**	-	-	-
Weedel Limited	**-**	**-**	**7.050**	-	-	-
Sampco Inc.	**-**	**-**	**84.656**	-	-	-
Bertin USA Corporation	**136**	**-**	**-**			
Frigorífico Canelones S.A.	**-**	**4.971**	**-**	-	-	-
Rigamonti Salumificio Spa	**-**	**-**	**4.697**	-	-	-
Wonder Best Holding Company	**-**	**-**	**38.247**	-	-	-
Trump Asia Entreprise Ltd	**-**	**-**	**12.781**	-	-	-
Trustful Leather	**-**	**-**	**6.631**			
Bertin Paraguay	**265**	**2.387**	**22**	-	-	-
Itaholb International	**-**	**-**	**5.725**	-	-	-
Outras partes relacionadas						
JBS Agropecuária Ltda.	**-**	**37.848**	**2.085**	-	73.141	1.501
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**-**	**428**	**42.614**	-	1.839	59.857
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	**-**	**2**	**1.007**	-	-	-
	(35.473)	**348.303**	**788.608**	**17.720**	**224.298**	**396.181**

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A controladora J&F Participações S.A. é garantidora da operação de captação de Eurobonds da Companhia no montante de US$ 275 milhões com vencimento em 2011.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado de abate entre a Companhia e as controladas JBS Agropecuária e JBS Confinamento e operação de venda de couro para a controlada Cascavel. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido pelas controladas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de mútuo incidem variação cambial e juros, quando aplicável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Contrato de compra e venda com a JBS USA

Em 21 de dezembro de 2009, a Companhia e a JBS USA celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia por um preço de compra total de US$2.0 bilhões. A porcentagem de ações ordinárias a serem emitidas e vendidas será igual a US$2.0 bilhões dividida pela avaliação de patrimônio em dólares norte-americanos da JBS USA, com base no número de ações em circulação imediatamente antes da abertura de capital da JBS USA (o "IPO da JBS USA"), porém calculada com base no preço por ação do IPO da JBS USA, multiplicada por 100. Como resultado desse contrato de compra e venda, a Companhia deterá participação de 20% a 25% da JBS USA, e a participação restante será mantida pela Companhia indiretamente por meio da JBS Hungary Holdings Kft.

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R$ 332.679 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 326.972 em 31 de dezembro de 2009), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

O montante R$ 280.772 (R$ 279.405 em 31 de dezembro de 2009) referente a utilização de parte da linha de crédito de US$ 200 milhões, sobre a qual incide juros de mercado, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel em bases usuais de mercado;
ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2011, realizado em bases usuais de mercado.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R$ 51.907 (R$ 47.567 em 31 de dezembro de 2009) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Beef Snacks do Brasil Ltda.	**41.456**	37.186	40.321
Beef Snacks International BV.	**3.666**	3.720	5.012
Jerky Snack Brands, Inc.	**6.785**	6.661	9.444
	51.907	**47.567**	**54.777**

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	Membros	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	**14**	**5.038**	4.243	3.000
	14	**5.038**	**4.243**	**3.000**

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Jurídico e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

12 Investimentos em controladas

Informações relevantes sobre as controladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010:

	Quantidade de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10.002	99,00%	2	31.704	(3.227)
JBS Global Investments S.A.	93.000	100,00%	154.957	75.451	12.950
JBS Holding Internacional S.A.	960.514	100,00%	960.514	331.706	(195.689)
JBS Global A/S (Dinamarca)	1.250	100,00%	441.988	87.566	12.451
Mouran Alimentos Ltda.	120	100,00%	120	(34.248)	(6.410)
JBS USA, Inc.	0,1	100,00%	4.958.178	7.045.765	806.326
JBS Confinamento Ltda.	415.001	100,00%	415.001	401.659	1.323
Inalca JBS S.p.A	280.000	50,00%	674.128	928.188	24.492
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	0,001	100,00%	50.596	162.517	125.219
JBS Italia S.R.L.	7483	100,00%	16.672	11.606	(5.310)
CJSC Prodcontract	10	70,00%	1	(18.707)	6.114
Bertin Holding GMBH	96	100,00%	74	163.242	(4.198)
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	792	60,00%	792	2.753	(2.339)
S.A. Fabrica de Prod. Alimenticios Vigor	165.447	99,06%	104.031	250.716	72.840
Cascavel Couros Ltda	265.127	100,00%	240.861	289.028	4.247
Biolins Energia S.A.	10.672	100,00%	43.727	40.512	(3.215)

	Saldo em 31.12.2009	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial: No Patrimônio Líquido (ii)	Equivalência patrimonial: No Resultado do Período	Saldo em 31.12.2010
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**34.581**	-	-	-	(3.194)	**31.387**
JBS Global Investments S.A.	**66.037**	-	(6.086)	2.550	12.950	**75.451**
JBS Holding Internacional S.A.	**402.886**	156.279	-	(31.770)	(195.689)	**331.706**
JBS Global A/S (Dinamarca)	**143.657**	(51.303)	(15.205)	(2.034)	12.451	**87.566**
Mouran Alimentos Ltda.	**(19.486)**	(9.199)	-	-	(5.563)	**(34.248)**
JBS USA, Inc.	**4.122.234**	2.837.846	(547.053)	(173.588)	806.326	**7.045.765**
JBS Trading USA, Inc.	**(1.766)**	7.849	78	127	(6.288)	**-**
JBS Confinamento Ltda.	**56.677**	350.000	-	(6.341)	1.323	**401.659**
Inalca JBS S.p.A	**463.011**	(25.514)	(18.416)	7.253	12.246	**438.580**
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	**1.251.415**	(1.000.017)	(233.302)	19.202	125.219	**162.517**
JBS Italia S.R.L	**-**	16.787	(90)	219	(5.310)	**11.606**
CJSC Prodcontract	**-**	(18.139)	1.017	(253)	4.280	**(13.095)**
Bertin Holding GMBH	**142.582**	32.001	(7.608)	465	(4.198)	**163.242**
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	**3.056**	-	-	-	(1.404)	**1.652**
S.A. Fabrica de Prod. Alimenticios Vigor	**177.927**	(863)	(539)	(321)	72.155	**248.359**
Cascavel Couros Ltda	**283.847**	934	-	-	4.247	**289.028**
Bertin USA Corporation	**43.154**	(43.734)	(933)	(8)	1.521	**-**
Biolins Energia S.A.	**43.727**	-	-	-	(3.215)	**40.512**
Transf. para Outros passivos circulantes (Passivo a descoberto)	**21.252**	-	-	-	-	**47.343**
Total	**7.234.791**	**2.252.927**	**(828.137)**	**(184.499)**	**827.857**	**9.329.030**

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis , refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

Em dezembro de 2010, a Companhia efetuou a cessão dos investimentos em JBS Trading USA e Bertin USA para a controlada JBS USA visando a melhor gestão dessas operações. A cessão desses investimentos foi efetuada através de aumento de capital na JBS USA e com base nos saldos contábeis, sem indicativa de impairment, não gerando perdas ou ganhos na operação.

Fim da sociedade INALCA JBS

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um “Termination Agreement” (Distrato), pondo fim à participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS, de acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Diante do exposto a Companhia estima que o referido distrato resulte em uma perda, considerando os eventuais efeitos tributários, de aproximadamente de R$ 16.839, considerando a baixa do saldo contábil do saldo do investimento, ágio (intangível), débito a pagar à Cremonini e variação cambial sobre o investimento registrada no patrimônio líquido atualizado até 31 de dezembro de 2010. Tal efeito está reduzindo o investimento de Inalca JBS em 31 de dezembro de 2010, conforme movimentação apresentada acima.

13 Ativos biológicos

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Gado	**398.858**	239.569	264.594
Porco e Cordeiro	**29.044**	8.629	13.893
Frango	**1.250**	958	869
Culturas temporárias em formação	**1.533**	462	-
	430.685	**249.618**	**279.356**
Efeitos da valorização dos ativos biológicos			
Valorização através de custeio por absorção	**374.894**	255.960	279.356
Ajuste de valor a mercado "Mark to Market - MtM"	**55.791**	(6.342)	-
Ativo a valor justo	**430.685**	**249.618**	**279.356**

Os ativos biológicos são compostos basicamente por animais vivos, em sua maioria, em confinamento. De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como: cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market - MtM", no mínimo durante os encerramentos trimestrais e de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do período ou exercício. No entanto, a norma evidencia que, para os casos em que não há mercado ativo, como os apresentados pela empresa JBS USA, uma ou mais das seguintes alternativas para a determinação do valor justo deverá ser adotada:

a) o preço de mercado da transação mais recente, considerando que não tenha havido nenhuma mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a de encerramento das demonstrações contábeis;

b) preços de mercado de ativos similares com ajustes para refletir diferenças;

c) padrões do setor, tais como o valor de pomar expresso pelo valor de embalagem padrão de exportação, alqueires ou hectares, e o valor de gado expresso por quilograma ou arroba de carne.

Há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são claramente confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
Gado	**282.481**	195.667	234.502
Porco e Cordeiro	**29.044**	8.629	13.893
Frango	**1.250**	958	869
Total de ativo biológico avaliado a custo	**312.775**	**205.254**	**249.264**

Conforme mencionado anteriormente, parte dos ativos biológicos da empresa JBS USA não serão valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção, pelos seguintes motivos:

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frango, no entanto, em virtude do período de "maturação", que compreende o período entre o ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, não possui mercado ativo;

Porco e Cordeiro – A controlada da JBS USA na Austrália mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento e não há mercado ativo para tais atividades;

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino em sistema de confinamento e não há mercado ativo confiável em virtude de sua "era", pois trata-se de gado bovino superior a 180 dias, no entanto, o mercado ativo contempla apenas gado bovino entre 75 e 100 dias.

EMPRESAS NO BRASIL	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Gado	**92.013**	29.883	-
Culturas temporárias em formação	**1.533**	462	-
Total de ativo biológico avaliado a mercado	**93.546**	**30.345**	**-**

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades no Brasil são representados principalmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por Milho, Soja e Capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos dos bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela administração.

EMPRESA NA ITÁLIA	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Gado	**13.657**	14.019	30.092
Total de ativo biológico avaliado a mercado	**13.657**	**14.019**	**30.092**

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades na Itália são representados integralmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos.

EMPRESA NA ARGENTINA	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Gado	**10.707**	-	-
Total de ativo biológico avaliado a mercado	**10.707**	**-**	**-**

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades na Argentina são representados integralmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para os mesmos.

14 Imobilizado

				Líquido		
Controladora	**Custo**	**Reavaliação**	**Depreciação acumulada**	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
Imóveis	2.620.225	116.742	(208.480)	**2.528.487**	2.385.975	486.669
Terra nua e terrenos	960.109	9.352	-	**969.461**	1.262.583	116.821
Máquinas e equipamentos	3.332.253	44.738	(418.764)	**2.958.227**	2.495.004	285.314
Instalações	710.226	21.815	(91.562)	**640.479**	697.255	93.020
Equipamentos de informática	67.724	731	(39.422)	**29.033**	26.338	7.963
Veículos	429.210	190	(188.978)	**240.422**	262.679	41.374
Obras em andamento	205.346	-	-	**205.346**	443.036	773.921
Outros	44.263	1.253	(16.436)	**29.080**	26.757	11.124
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.572)	-	-	**(1.572)**	-	-
	8.367.784	**194.821**	**(963.642)**	**7.598.963**	**7.599.627**	**1.816.206**

				Líquido		
Consolidado	**Custo**	**Reavaliação**	**Depreciação acumulada**	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
Imóveis	5.692.495	116.742	(559.957)	**5.249.280**	4.987.115	1.572.864
Terra nua e terrenos	2.358.707	9.352	(59.468)	**2.308.591**	1.958.941	844.267
Máquinas e equipamentos	7.344.864	44.738	(1.733.029)	**5.656.573**	6.022.602	2.014.090
Instalações	834.236	21.815	(130.057)	**725.994**	768.024	97.289
Equipamentos de informática	171.392	731	(97.535)	**74.588**	82.727	37.046
Veículos	639.531	190	(305.775)	**333.946**	331.559	80.101
Obras em andamento	804.487	-	-	**804.487**	804.635	1.105.083
Outros	115.140	1.253	(48.338)	**68.055**	59.544	74.485
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.171)	-	-	**(2.171)**	(599)	-
	17.958.681	**194.821**	**(2.934.159)**	**15.219.343**	**15.014.548**	**5.825.225**

De acordo com IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, resultando em diferentes taxas de depreciação para cada ativo, o que dificulta a divulgação da taxa de depreciação anual para cada grupo de ativo. Devido ao exposto, anualmente é efetuado, para fins de divulgação e para prover informações adicionais aos leitores, o cálculo da média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo. Abaixo as taxas de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	2,74%	6,97%
Terra nua e terrenos	0,00%	1,18%
Máquinas e equipamentos	4,22%	9,57%
Instalações	4,32%	4,37%
Equipamentos de informática	13,74%	34,89%
Veículos	10,95%	10,17%
Outros	6,88%	18,07%

Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	**7.599.627**	**1.816.206**	**1.328.015**
(+/ -) Ajustes adoção IFRS	**11.990**	168.675	11.373
(+) Adição	**627.499**	5.751.139	545.637
(-) Baixas	**(356.961)**	(38.878)	(2.949)
(-) Depreciação	**(283.192)**	(97.515)	(65.870)
Saldo final	**7.598.963**	**7.599.627**	**1.816.206**

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	**15.014.548**	**5.825.225**	**2.536.098**
(+) Incorporação	**80.296**	2.567.760	-
(+/ -) Ajustes adoção IFRS	**11.990**	815.491	906.556
(+) Adição	**1.553.598**	6.807.515	2.108.376
(-) Baixas	**(255.520)**	(49.237)	(10.254)
(-) Depreciação	**(1.139.133)**	(324.362)	(159.946)
(+) Variação Cambial	**(46.436)**	(627.844)	444.395
Saldo final	**15.219.343**	**15.014.548**	**5.825.225**

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 194.821 e reserva de reavaliação é de R$ 106.814 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 50.452. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 37.555.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009.

Atualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados foram devidamente revisadas e aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2010.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, encontram-se apresentados abaixo:

	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Imobilizado em andamento	**193.356**	405.912	759.028
(+) custos de empréstimos capitalizados	**11.990**	37.124	14.893
	205.346	**443.036**	**773.921**

Custo atribuído (deemed cost)

De acordo com a deliberação CVM 619/09 que aprovou o ICPC 10 - Imobilizado e propriedade para investimento, a Companhia pode e é incentivada a aplicar o custo atribuído aos ativos imobilizados, em substituição ao valor contábil registrado anteriormente à adoção inicial das novas normas de contabilidade e adoção às normas internacionais. Essa opção é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão em períodos

Embora seja uma aplicabilidade opcional e incentivada, o inciso II da referida Deliberação CVM 619/09, que aprovou o ICPC 10, determina que as companhias abertas que não adotarem o custo atribuído na avaliação inicial do ativo imobilizado deverão divulgar o fato, em nota explicativa às demonstrações contábeis, indicando as razões que justificaram a não adoção.

Com base no exposto, a Companhia optou por avaliar o ativo imobilizado a custo presumido, considerando que é amplamente comparável ao valor justo, com base nas seguintes premissas:

i) O método de custo, deduzido das depreciações e de eventuais provisões para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos da Companhia;

ii) O teste de impairment é efetuado no mínimo anualmente e sempre que houver indicativos de impairment; trazendo os ativos adquiridos a valor justo;

iii) As taxas de depreciação utilizadas nos ativos imobilizados são revisadas, e alteradas, periodicamente, representando de modo adequado a vida útil dos bens;

iv) O ativo imobilizado sofreu reavaliações em períodos anteriores recentes, quando as normas assim permitiam, sendo o seu valor registrado amplamente comparável ao seu valor justo, sem diferenças significativas;

v) O ativo imobilizado é segregado em categorias bem definidas e relacionadas à atividade operacional da Companhia;

vi) A Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativas de vida útil dos bens de modo tempestivo;

vii) Para todas as combinações de negócios os ativos imobilizados foram incorporados aos seus respectivos valores justos, mesmo anteriormente à data de transição, pois as aquisições mais representativas ocorreram através da controlada JBS USA, que adotava a prática internacional USGAAP, que aplica o Purchase Accounting, trazendo os ativos adquiridos a valor justo;

Teste de Impairment dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes.

15 Intangível

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Ágio	**10.832.718**	10.840.885	949.615
Marcas e patentes	**452.574**	452.574	9.615
Softwares	**9.239**	9.305	3.521
	11.294.531	**11.302.764**	**962.751**

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Ágio	**11.337.087**	12.020.947	2.069.749
Marcas e patentes	**649.266**	452.574	9.615
Softwares	**17.666**	9.305	-
Direito de exploração do uso da água	**50.589**	117.534	28.381
Carteira de clientes	**608.130**	647.585	-
Outros Intangíveis	**4.506**	119.037	-
	12.667.244	**13.366.982**	**2.107.745**

Movimentação do ativo intangível

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	**11.302.764**	**962.751**	**9.615**
(+) Incorporação	**-**	1.071.339	-
(+) Adição	**20.997**	9.337.504	1.088.237
(-) Amortização [1]	**(2.923)**	-	(179.867)
(+) Variação Cambial	**(26.307)**	(68.830)	44.766
Saldo final	**11.294.531**	**11.302.764**	**962.751**

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Saldo inicial	**13.366.982**	**2.107.745**	**193.917**
(+) Incorporação	**-**	1.187.397	984.917
(+/ -) Ajustes adoção IFRS	**(476.946)**	-	-
(+) Adição	**5.016**	10.359.301	1.046.442
(-) Baixas	**(29.292)**	-	-
(-) Amortização [1]	**(87.167)**	(3.031)	(228.864)
(+) Variação Cambial	**(111.349)**	(284.430)	111.333
Saldo final	**12.667.244**	**13.366.982**	**2.107.745**

[1] - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

Detalhamento do Ágio

Na Companhia

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R$ 248.656, apresentando um valor líquido de R$ 657.825 em 31 de dezembro de 2010.

Em dezembro de 2007 a Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca S.p.A., a qual passou a se chamar Inalca JBS, tendo apurado um ágio de EUR 94.181 mil que corresponde em 31 de dezembro de 2010 a R$ 209.836 (Nota 1c).

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foi alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Em setembro de 2007 a Companhia, através de sua incorporada Bertin, adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fabrica de Produtos Alimenticios Vigor, tendo apurado um ágio de R$ 860.947, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em julho de 2010 a Companhia adquiriu 70% do capital social da CJSC Prodcontract, tendo apurado um ágio de R$ 18.140, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 16.044 , sendo referente os seguintes investimentos:
i) Novaprom Foods Ingredients - R$ 12.000
ii) Phitoderm - R$ 4.044

Em controladas

A JBS USA possui ágio no montante de US$ 224.374mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2010 a R$ 373.852 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias, adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de $14.110 mil pesos, que corresponde em 31 de dezembro de 2010 a R$ 5.917. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A Inalca JBS possui ágio no montante de EUR 12.171 mil, que corresponde em 31 de março de 2010 a R$ 29.303 proveniente da aquisição das empresas Montana, Frimo e Guardamiglio, fundamentado na mais valia de ativos.

A JBS Global A/S possui ágio no montante de EUR 4.574 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2010 a R$10.191 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 85.106, referentes aos seguintes investimentos:
i) JBS Holding Inc - R$ 18.622
ii) Mirs Cold - R$ 18.993
iii) Rigamonti - R$ 40.408
iv) Serrabella - R$ 1.459
v) Wonder Best - R$ 1.640
vi) IFPSA - R$ 3.984

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3/CPC 15 Combinações de Negócios . Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R) /CPC 15 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de Impairment

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 9,3 % a 10,9% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

• Receitas de vendas – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2020 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.

• Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.

• Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16 Fornecedores

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Commodities - Compra de gado	**284.008**	149.351	313.316
Materiais e serviços	**268.059**	444.625	70.586
Produtos acabados	**14.915**	33.566	2.024
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.947)
	566.982	**627.542**	**383.979**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**1.01.09**
Commodities - Compra de gado	**1.244.819**	686.267	897.296
Materiais e serviços	**1.458.181**	1.642.047	916.293
Produtos acabados	**134.973**	217.722	119.356
Ajuste a valor presente	**-**	-	(1.947)
	2.837.973	**2.546.036**	**1.930.998**

17 Empréstimos e financiamentos

Passivo Circulante

		Controladora		
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
Em moeda estrangeira				
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**-**	781	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	**1.499.011**	1.371.585	591.990
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**460.698**	6.609	9.038
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	**406.867**	450.736	207.769
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**81.612**	38.232	30.469
Empréstimo Estrangeiro c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**-**	87.370	-
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**3.764**	12.252	-
		2.451.952	**1.967.565**	**839.266**
Em moeda nacional				
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	**54.402**	82.009	90.957
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	**245**	15.442	-
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	**4.114**	8.004	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**48.203**	101.789	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**403.268**	159.884	71.652
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	-	320.614	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**141.684**	3.360	51.113
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	**1.232.546**	971.683	441.702
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**615**	620	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**5.008**	6.753	-
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	**-**	75.686	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**-**	212.425	-
Outros		**556**	556	-
		1.890.641	**1.958.825**	**655.424**
		4.342.593	**3.926.390**	**1.494.690**

Passivo Não Circulante

		Controladora		
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**31.12.10**	**31.12.09**	**1.01.09**
Em moeda estrangeira				
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**-**	193	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	**494.985**	245.081	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**-**	478.830	642.675
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	**907.802**	1.063.393	309.068
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**2.567.852**	1.131.780	701.100
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**-**	3.482	-
		3.970.639	**2.922.759**	**1.652.843**
Em moeda nacional				
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	**99.456**	132.388	140.742
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	**51**	7.709	-
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	**7.384**	16.461	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**63.538**	440.648	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**247.916**	9.518	105.755
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	**-**	6.064	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**571.631**	11.616	-
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	**1.693.441**	1.734.094	1.092.004
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**1.250**	1.850	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**24.609**	27.916	-
		2.709.276	**2.388.264**	**1.338.501**
		6.679.915	**5.311.023**	**2.991.344**
Desmembramento:				
Passivo circulante		**4.342.593**	3.926.390	1.494.690
Passivo não circulante		**6.679.915**	5.311.023	2.991.344
		11.022.508	**9.237.413**	**4.486.034**
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:				
2010		**-**	-	636.327
2011		**-**	2.482.552	1.122.953
2012		**1.779.752**	922.847	298.308
2013		**1.195.695**	528.826	232.656
2014		**595.982**	187.092	-
2015		**518.743**	32.559	-
2016		**1.080.390**	1.139.869	701.100
2017		**2.000**	6.862	-
2018		**1.503.639**	6.443	-
2019		**3.714**	3.973	-
		6.679.915	**5.311.023**	**2.991.344**

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado 31.12.10	31.12.09	1.01.09
Em moeda estrangeira				
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**-**	781	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	**1.581.087**	1.515.490	714.886
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**460.698**	6.609	9.038
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	**406.867**	455.550	207.769
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**81.612**	38.232	30.469
Empréstimo Estrangeiro c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**-**	87.370	-
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**17.483**	26.016	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	**5.438**	33.742	-
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**3.764**	12.252	-
		2.556.949	**2.176.042**	**962.162**
Em moeda nacional				
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	**54.535**	82.094	90.957
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	**-**	24.718	-
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	**4.207**	8.526	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**48.533**	101.789	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**101.593**	-	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	**2.666**	1.602	2.150
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	**2.183**	-	2.508
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**403.268**	159.884	71.652
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	**-**	320.614	-
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	**-**	72.646	87.895
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	**-**	1.616	178
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%	**1.366**	1.868	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	**110.456**	161.472	-
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	**-**	71.953	-
USD Bonds	Juros de 11,625%	**21.092**	21.561	-
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**1.998**	2.035	-
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	**701**	-	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**141.684**	3.360	51.113
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**113.388**	46.446	104.333
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**225.050**	227.422	302.393
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	**1.235.295**	1.010.261	467.229
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	**1.076**	-	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**1.370**	1.382	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**5.008**	6.754	-
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	**-**	75.686	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**127.316**	534.167	-
EGF	Juros de 6,75%	**25.910**	8.212	-
Outros		**5.604**	989	67.810
		2.634.299	**2.947.057**	**1.248.218**
		5.191.248	**5.123.099**	**2.210.380**

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado 31.12.10	31.12.09	1.01.09
Em moeda estrangeira				
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**-**	193	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	**494.985**	245.081	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**-**	478.830	642.675
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	**907.801**	1.065.626	309.068
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	**2.567.852**	1.131.780	701.100
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**6.667**	-	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	**166.621**	174.120	-
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial +TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**-**	3.482	-
		4.143.926	**3.099.112**	**1.652.843**
Em moeda nacional				
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	**99.766**	132.755	140.742
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	**-**	180.867	-
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	**7.420**	17.080	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**63.701**	440.648	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**92.101**	-	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	**12.550**	14.583	21.722
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	**30.920**	-	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	**247.917**	9.518	105.755
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	**-**	6.064	-
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	**-**	313.416	269.645
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%	**1.169.161**	172.252	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	**957.379**	1.840.908	-
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	**6.493**	6.791	-
USD Bonds	Juros de 11,625%	**1.112.372**	1.145.492	-
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	**26.033**	-	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**571.631**	11.616	-
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**-**	-	3.097
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**79.300**	83.408	115.848
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	**1.693.438**	1.734.991	1.092.004
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	**5.995**	-	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**3.029**	4.364	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**24.609**	27.916	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**20.420**	62.147	-
Outros		**5.318**	86	52
		6.229.553	**6.204.902**	**1.748.865**
		10.373.479	**9.304.014**	**3.401.708**
Desmembramento:				
Passivo circulante		**5.191.248**	5.123.099	2.210.380
Passivo não circulante		**10.373.479**	9.304.014	3.401.708
		15.564.727	**14.427.113**	**5.612.088**

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2010	**-**	-	666.817
2011	**-**	2.507.922	1.416.957
2012	**1.909.346**	1.594.183	322.770
2013	**1.232.133**	1.205.173	248.111
2014	**3.026.489**	331.773	-
2015	**543.011**	2.294.643	-
2016	**1.084.108**	1.178.922	747.053
2017	**215.868**	6.862	-
2018	**2.340.803**	180.563	-
2019	**21.721**	3.973	-
	10.373.479	**9.304.014**	**3.401.708**

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia, pela controlada JBS Argentina S.A. e pela incorporada Bertin e subsidiárias Novaprom e Bracol Couros, e representam US$ 1.245.992 em 31 de dezembro e 2010 (US$ 1.011.125 em 31 de dezembro de 2009), destinados a financiamento das operações de exportações.

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US$ 200 milhões, com uma subsequente reabertura de US$ 75 milhões, totalizando US$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e cupom de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e por sua controladora indireta, J&F Participações S.A, como avalistas.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US$ 700 milhões por meio de US$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a três operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e a operação realizada em 29 de julho de 2010 no montante de US$ 900 milhões, com cupom de 8,25% a.a, garantida por aval da própria Companhia; e, incorporada Bertin em 13 de outubro de 2006, no montante de US$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

18 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Notas 2011 – JBS S.A. - Em 6 de fevereiro de 2006 a Companhia emitiu as Notas 2011, com vencimento em fevereiro de 2011, no valor de US$ 275 milhões. As Notas 2011 são garantidas pela J&F, e JBS Agropecuária Ltda. A taxa de juros aplicável às Notas 2011 é de 9,375% ao ano calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a partir de 7 de maio de 2006. O valor do principal das Notas 2011 deverá ser integralmente pago em 7 de fevereiro de 2011.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2011 contém compromissos restritivos de que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2011.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2011 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2011 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011, mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2011 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Oferta de Recompra. Em dezembro de 2009, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011, no valor total de aproximadamente US$ 2.4 milhões. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011, que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação da Bertin S.A. pela Companhia.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Em 28 de janeiro de 2010 a Companhia iniciou uma oferta devida à mudança de controle (ao preço de compra igual a 101% do montante principal das Notas 2016, mais os juros acumulados e não pagos) para as Notas 2016 nos termos da escritura como resultado da fusão com a Bertin, na qual os acionistas controladores deixaram de deter mais de 50% das ações em circulação com direito a voto. A oferta devida à mudança de controle expirou em 26 de fevereiro de 2010, e cerca de US$ 2,4 milhões do montante principal das Notas 2016 foram recomprados dos detentores de Notas de 2016.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações contábeis mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016, no valor principal total de US$ 350 milhões, em 9 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin S.A. será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações para o 2016 Notes Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer subsidiária significativa (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin S.A.

Notas 2017 da Vigor - A Vigor, uma subsidiária da Companhia após a função com a Bertin, emitiu as Notas 2017 da Vigor, em um montante principal de US$100,0 milhões em 23 de fevereiro de 2007. Os juros das Notas 2017 da Vigor acumulam a uma taxa de 9,25% ao ano e são pagas semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de ano, começando em 23 de agosto de 2007. O montante principal das Notas 2017 da Vigor é pago integralmente em 23 de fevereiro de 2017.

Em 24 de setembro de 2010, a Companhia concluiu a solicitação de consentimento relativo às Notas 2017 da Vigor. A solicitação de consentimento (i) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2017 da Vigor a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2018 e (ii) alterou as definições de “Mudança de Controle” e “Detentores Permitidos” (entre outras) na escritura para conformar com as definições correspondentes estabelecidas nas Notas 2018 da JBS S.A.; e (iii) proporcionar a capacidade da Vigor (ou seus sucessores) a serem substituídos como emissores das notas, após o cumprimento de certas condições.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor.

A escritura que rege as Notas 2017 da Vigor limita a capacidade da Companhia e suas subsidiárias de incorrer qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (1) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (2) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (3) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e são devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018. A JBS Finance II Ltd. é emissora.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Linha de crédito rotativo garantido da J&F Oklahoma - A J&F Oklahoma possui uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Em 31 de dezembro de 2010, a J&F Oklahoma estava em conformidade com todas as covenants pertencentes a esta linha de crédito.

Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de Setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US$800 milhões com vencimento em 23 de Setembro de 2014.

Linha de crédito rotativo para a J&F Oklahoma - A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. A taxa de juros em 26 de dezembro de 2010 estava em 2,54%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de Setembro de 2010 para o vencimento em 11 de Setembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2010, o valor em aberto desta linha de crédito era US$111,9 milhões.

Descrição do endividamento da USA

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA adquiriu uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia (o "Contrato de Crédito") que permite a tomada de empréstimos de até US$400,0 milhões com vencimento em 5 de novembro de 2011. Atualmente, cerca de US$75,0 milhões do Contrato de Crédito estão disponíveis para emissão de Cartas de Crédito, sendo que, até 26 de dezembro de 2010, foram utilizados, por meio de tais instrumentos, aproximadamente US$31,5 milhões daquele montante disponível. Os empréstimos indexados rendem juros à taxa referencial, acrescida de uma margem de 2,25%, sendo que a taxa total em 26 de dezembro de 2010 foi de 5,5%. Mediante aprovação do Credor, podem ser tomados pelo prazo de um, dois ou três meses (ou seis meses a critério do agente) empréstimos à taxa LIBOR acrescida de uma margem de 3,25%. Não havia saldo pendente em 31 de dezembro de 2010.

Disponibilidade. A disponibilidade do Contrato de Crédito é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA conforme descrição abaixo, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. A disponibilidade de empréstimos em 26 de dezembro de 2010 era de US$366,1 milhões.

Garantias e Cauções. Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Contrato de Crédito são garantidos pela Companhia, JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidente sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos de todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers.

Covenants. O Contrato de Crédito contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de encargos de cobertura de não menos do que 1,15 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 20% das obrigações totais ou US$70 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivas que limitam a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias em, entre outras coisas:

- ter dispêndios de capital maiores que US$175,0 milhões por ano, mais 50% dos dispêndios permitidos e não utilizados no ano anterior;
- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

O Contrato de Crédito contém clausulas relativas à eventos de inadimplência costumeiros, incluindo a não observação ou cumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no Contrato de Crédito, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Contrato de Crédito. Em 31 de dezembro de 2010, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todas as covenants.

Em 27 de abril de 2009, o Contrato de Crédito foi alterado para permitir o lançamento de US$ 700,0 milhões em notas com vencimento em 2014, como descrito abaixo. O aditamento do contrato estipulou que a limitação existente sobre as distribuições entre a JBS USA e a JBS USA Holdings fosse alterada de modo a permitir o envio do dinheiro obtido com o lançamento de instrumentos com prioridade de recebimento e vencimento em 2014, menos as despesas da operação e US$ 100,0 milhões retidas pela JBS USA a JBS USA Holdings, como uma distribuição única. Além disso, a taxa sobre a linha de crédito não utilizada foi majorada de 37,5 para 50,0 pontos-base.

Em 13 de agosto de 2009, o Contrato de Crédito foi alterado para eliminar a obrigação da JBS USA em reportar diariamente um resumo da marcação a mercado dos valores de mercado de seus estoques ao agente administrativo.

Em 11 de setembro de 2009, o Contrato de Crédito foi aditado para alterar a definição de "mudança de controle", de forma que a Companhia deve deter, direta ou indiretamente, mais de 50%, em vez de 100%, do Capital Social da JBS USA Holdings. Ainda, a alteração contratual exclui dispêndios de capital que são financiados com rendimentos provenientes do cálculo da taxa de cobertura do encargo fixo de ofertas públicas de ações, e, quaisquer dispêndios de capital e aquisições que sejam financiados com tais rendimentos não estão sujeitos às respectivas limitações de covenants do Contrato de Crédito. Por fim, o montante permitido para arrendamentos mercantis foi elevado de US$25,0 milhões para US$50,0 milhões.

Em 7 de maio de 2010, o Contrato de Crédito foi aditado e reformulado ("Contrato de Crédito Aditado e Reformulado") para permitir que a JBS USA Holdings faça aquisições com os recursos provenientes de contribuições de capital próprio ou de empréstimos oriundos da Companhia ou de uma de suas subsidiárias que não seja subsidiária da JBS USA Holdings. Além disso, as condições de aquisições permitidas constantes no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado para tais aquisições, bem como as aquisições financiadas com quaisquer rendimentos provenientes de potenciais ofertas públicas iniciais de ações da JBS USA Holdings, foram modificadas. Ademais, quaisquer dispêndios de capital financiados com estes rendimentos não estão sujeitos às limitações de covenants constantes no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado. Por último, os valores autorizados de arrendamentos mercantis e endividamento com ativos imobilizados foram elevados de US$50,0 milhões para US$100,0 milhões.

Em 27 de julho de 2010, A JBS USA fez uma alteração no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado com o fim de permitir que a JBS USA garanta quaisquer novas emissões de dívidas da Companhia ou de suas subsidiárias, com algumas exceções.

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota rende juros à taxa LIBOR. A taxa em 31 de dezembro de 2010 era de 0,25% acrescida de uma margem fixa de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no primeiro dia de cada mês. A nota tem vencimento em 1 de Agosto de 2013.

Linha de crédito não garantida – A Swift Australia contratou uma linha de crédito não garantida em dólares australianos ("A$") no valor de A$120,0 milhões em 26 de fevereiro de 2008 para financiar as necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha foi encerrada em 1 de Outubro de 2009 com a Carta de Crédito de A$40,0 milhões sendo prorrogada para 30 de Junho de 2010. Em 5 de maio de 2010, a linha foi revisada com o fim de equalizar as condições das Cartas de Crédito correntes, atingindo um limite de A$1,9 milhões e ficando sujeita a revisões anuais a partir de 30 de Junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo nesta linha era de US$1,9 milhões.

Contratos de Mútuo – De 26 de outubro de 2009 até 28 de abril de 2010, a JBS USA celebrou oito Contratos de Mútuo com a Swift Australia no valor total de US$167,0 milhões a fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Cada contrato possuía vencimento de um ano com juros à taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem fixa de 5% ao ano. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes contratos foram expressos em dólares americanos, entretanto, divulgados em dólares australianos por nossa subsidiária na Austrália. Por esse motivo, os contratos geraram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Em 4 de maio de 2010, os contratos a pagar e os juros relacionados foram pagos em sua totalidade. Os contratos foram encerrados.

Empréstimo rotativo de A$250 milhões a pagar entre JBS USA e Swift Australia – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a Swift Austrália no valor de A$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de dezembro de 2010 era de 7,96%.

Empréstimo rotativo de A$50 milhões a receber da Swift Australia – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Swift Austrália no valor de A$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo destes empréstimos era de A$10,2 milhões, ou de aproximadamente US$10,3 milhões. A taxa de juros média em 31 de dezembro de 2010 era de 7.88%

Empréstimo rotativo de A$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Swift Austrália no valor de US$50,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Não havia saldos pendentes em 31 de dezembro de 2010.

Linha de crédito de empréstimo não garantida – Em 12 de fevereiro de 2010 a Swift Austrália contraiu uma linha de crédito não garantida de US$10,0 milhões no Banco Santander. O empréstimo está sujeito à taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem fixa de 3% ao ano. Não havia saldo em aberto em 26 de dezembro de 2010.

Linha de crédito garantida/empréstimo-ponte com várias opções de financiamento – A JBS Southern celebrou um contrato de empréstimo-ponte garantido com várias opções de financiamento em 2 de maio 2008 no valor de A$80,0 milhões para financiar o capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Este contrato foi encerrado em 26 de janeiro de 2010.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – JBS USA, LLC e JBS Plainwell, Inc., subsidiária integral da JBS USA, emitiram Notas de 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo US$16,0 milhões em 20 de dezembro de 2010, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de Abril de 2011, e o pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de Outubro de 2011. Os rendimentos possuem limitações quanto ao uso e foram depositados diretamente em duas contas de depósito.

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a Swift Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o “Departamento”) que concedeu cerca de A$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da Swift Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A$3,6 milhões, A$3,6 milhões e até A$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Os recursos nas duas tranches foram sacados em 4 de Outubro de 2010 e 8 de Novembro de 2010, respectivamente. Cada empréstimo é livre de juros nos primeiros três anos, em seguida, com juros de custos de fundos do Governo para os anos quatro ao nove e com a taxa variável comercial do Governo para os anos 10 ao 15.

Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e é pagável sobre notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de empréstimos era de aproximadamente US$7,2 milhões.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em Outubro de 2010, a JBS USA adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US$3,1 milhões e US$17,0 milhões. As hipotecas acumulam juros a taxas anuais de 5,75% e 8,35%, respectivamente, e são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de Novembro de 2010. Aproximadamente US$0,6 milhões de despesas relativas a essa transação foram capitalizadas como parte da construção durante o período. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de empréstimos sobre ambas as hipotecas era de aproximadamente US$18,6 milhões.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. (“Sampco”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A JBS USA reconheceu US$0,7 milhões de receitas financeiras na nota explicativa da Sampco para as 52 semanas terminadas em 31 de dezembro de 2010. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US$30,6 milhões somados aos juros acumulados de US$0,7 milhões é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. (“JBS USA Trading”), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., fazendo negócios como Tupman Thurlow Co., Inc., uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de Abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US$25,0 milhões. A JBS USA reconheceu US$0,4 milhões de receitas financeiras na nota explicativa da JBS USA Trading para as 52 semanas terminadas em 31 de dezembro de 2010. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US$18,0 milhões somados aos juros acumulados de US$0,4 milhões é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, uma subsidiária direta integral da JBS S.A., no valor de US$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A JBS USA reconheceu US$139 mil de receitas financeiras na nota explicativa da Bertin USA para as 52 semanas terminadas em 31 de dezembro de 2010. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US$6,8 milhões somados aos juros acumulados de US$139 mil é eliminado na consolidação.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Contrato de Crédito (sujeito à determinadas exceções). Rendem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de Maio e 1 de Novembro de cada ano, a partir de 1 de Novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Covenants. A escritura para as Notas 11.625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias que limitam a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias em, entre outras coisas:

• contrair dívidas adicionais com base na relação entre a dívida líquida e o EBITDA;
• incorrer ônus;
• vender ou alienar ativos;
• pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
• permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
• celebrar transações com partes relacionadas;
• celebrar vendas/leaseback, e
• passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplemento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a não observação ou cumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de dezembro de 2010, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todas as covenants.

Restrições sobre dividendos - algumas covenants do endividamento e as condições de garantia de dívida incluem restrições sobre nossa capacidade de pagar dividendos, contrair empréstimos ou fazer adiantamentos. Em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, a JBS USA tinha US$107,2 milhões e US$397,4 milhões, respectivamente, de lucros acumulados disponíveis para o pagamento de dividendos.

Os cinco diversos contratos de mútuo emitidos em 2008 pela Companhia foram subseqüentemente cedidos à JBS HU Liquidity Management LLC, subsidiária integral indireta da Companhia, constituída na Hungria. Em 27 de Abril de 2009, em relação à emissão das notas seniores não garantidas de 11,625% pela JBS USA, esses contratos de mútuo foram consolidados em um único contrato de empréstimo, com a data de vencimento sendo prorrogada até 18 de abril de 2019 e a taxa de juros alterada de aproximadamente 6,5% para 12% ao ano, com juros a pagar semestralmente. Os rendimentos líquidos da oferta de instrumentos de dívida com prioridade de recebimento e vencimento em 2014 (diferentes de US$100,0 milhões) à taxa de 11,625% foram utilizados para liquidar os juros acumulados e uma parcela do principal desses mútuos. Em 1 de janeiro de 2010 a JBS USA aplicou neste empréstimo juros no valor de US$5,5 milhões. Em 4 de maio de 2010, o empréstimo a pagar e os juros relacionados foram pagos em sua totalidade.

Contrato de empréstimo de US$100,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 28 de abril de 2008, a JBS USA celebrou um contrato de mútuo não garantido com sua controladora, a JBS S.A., no valor de US$100,0 milhões com data de vencimento em 28 de abril de 2011. Os recursos recebidos desse mútuo foram usados para financiar a Aquisição da Tasman. Esse mútuo foi cedido à subsidiária da Hungria em 27 de março de 2009.

Contrato de empréstimo de US$25,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 5 de maio de 2008, a JBS USA celebrou um contrato de empréstimo não garantido com a JBS S.A. de US$25,0 milhões com data de vencimento em 5 de maio de 2011. Os recursos recebidos foram utilizados para financiar as operações. Em 27 de março de 2009 esse mútuo foi cedido à subsidiária da Hungria.

Contrato de empréstimo de US$25,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 10 de junho de 2008, a JBS USA celebrou um contrato de empréstimo não garantido com a Companhia de US$25,0 milhões com data de vencimento em 10 de junho de 2011. Os recursos recebidos deste empréstimo foram utilizados para financiar as operações. Em 27 de março de 2009 esse mútuo foi cedido à subsidiária da Hungria.

Contrato de empréstimo de US$350,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 30 de junho de 2008, a JBS USA celebrou um contrato de empréstimo não garantido com a Companhia totalizando US$350,0 milhões com data de vencimento em 30 de junho de 2011. Os recursos recebidos foram utilizados para pagar débitos bancários não garantidos pendentes. Em 27 de março de 2009 esse mútuo foi cedido à subsidiária da Hungria.

Contrato de empréstimo de US$250,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 21 de outubro de 2008, a JBS USA celebrou um contrato de mútuo não garantido com a Companhia, no valor de US$250,0 milhões com data de vencimento em 21 de Outubro de 2011. Os recursos recebidos desse mútuo foram usados para financiar a aquisição da Smithfield. Esse mútuo foi cedido à subsidiária da Hungria em 27 de março de 2009.

Contrato de empréstimo de US$6,0 milhões a pagar à JBS HU Liquidity – Em 20 de maio de 2009, a JBS USA celebrou um contrato de empréstimo não garantido com a subsidiária da Hungria de US$6,0 milhões com data de vencimento em 20 de maio de 2019. Esses recursos foram usados para liquidar a parcela do mútuo consolidado referido acima. O contrato de empréstimo possui taxa de juros de 12% pagável semestralmente. Em 1 de janeiro de 2010 a JBS USA aplicou, neste empréstimo, juros capitalizados no valor de US$0,4 milhão. Em 12 de março de 2010, o empréstimo a pagar e os juros relacionados foram pagos em sua totalidade.

Descrição do endividamento da PPC

Em 28 de dezembro de 2009 a PPC utilizou os recursos recebidos dos empréstimos da Linha de Crédito de Saída (ver abaixo) e o caixa disponível para repagar seus acordos de créditos anteriores no montante de US$1.4 bilhões. A PPC também utilizou os recursos recebidos da venda de 64% do total de suas ações ordinárias para repagar Notas Seniores no total de US$651.9 milhões.

Notas seniores e subordinadas com vencimento em 2018 - PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US$ 500,0 milhões e juros de 7 7/8% ao ano ("Notas 2018"). As Notas 2018 são garantidas por uma das subsidiárias da PPC.

Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. Os rendimentos da emissão das notas, depois de descontos e despesas de emissão, foram utilizados para (i) repagar toda a dívida pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento A da Linha de Crédito de Saída da PPC e (ii) repagar uma parte da dívida pendente dos compromissos de Vencimento B-1 da Linha de Crédito de Saída da PPC. A escritura das Notas 2018 contém vários convenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA e outras partes relacionadas, fundir, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Notas Seniores – A PPC possui Notas Seniores com vencimento em 2015, juros de 7 5/8% e montante pendente de US$0,1 milhões em 26 dezembro de 2010.

Notas Seniores Subordinadas – a PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2017, juros de 8 3/8% e montante pendente de US$3,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. A PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2013, juros de 9 ¼% e montante pendente de US$0,3 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Linha de Crédito de Saída - Mediante a saída da falência de 28 de dezembro de 2009, a PPC e algumas de suas subsidiárias, a To-Ricos, Ltd. e a To-Ricos Distribution, Ltd. celebraram uma linha de credito de saída ("Linha de Crédito de Saída"). Esta linha dispõe de um compromisso coletivo de US$ 1,75 bilhões, que consiste em: (i) linha de empréstimo rotativo de US$ 600 milhões, (ii) compromissos de empréstimos de vencimento A ("Vencimentos A") no valor de US$ 375,0 milhões e (iii) compromissos de empréstimos de vencimento B ("Vencimentos B") no valor de US$ 775,0 milhões. A Linha de Crédito de Saída também inclui uma cláusula que permite a PPC aumentar, a qualquer momento, a linha de empréstimo rotativo em um valor adicional de US$ 250 milhões e aumentar os compromissos de empréstimos de Vencimentos B em um valor adicional de US$ 400 milhões, sujeito ao atendimento de certas condições, incluindo a capitalização de todos os compromissos de acordo com a Linha de Crédito de Saída de US$ 1,85 bilhões.

Os rendimentos da Linha de Crédito de Saída e da venda de ações ordinárias da JBS USA foram utilizados para repagar títulos pré-petição e dividas bancárias, assim como distribuições aos detentores de fundos de outros créditos permitidos. Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US$ 700,0 milhões. Os Vencimentos A foram repagados em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das Notas 2018. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2010, estavam pendentes o valor principal de US$ 632,5 milhões nos termos dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B e US$ 205,3 milhões nos termos dos compromissos de empréstimos rotativos. Em 28 de dezembro de 2009, a PPC pagou despesas financeiras no total de US$ 50,0 milhões relativos à Linha de Crédito que foram reconhecidas como ativos no balanço patrimonial. A PPC amortiza estes custos capitalizados ao longo da vida da Linha de Crédito de Saída.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Com relação a 2010, a PPC deve utilizar aproximadamente US$ 46,3 milhões de seu fluxo de caixa para pagar o valor principal pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B. Após a realização deste pré-pagamento e outros pré-pagamentos dos Vencimentos B, os Vencimentos B devem ser pagos em 16 pagamentos trimestrais de aproximadamente US$ 3,9 milhões, começando em 15 de abril de 2011, com o final dos pagamentos em 28 de dezembro de 2014. A Linha de Crédito de Saída também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dividas especificas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Credito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída inclui um sublimite de US$ 50,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência (empréstimos com disponibilidade no mesmo dia) e sublimite de US$ 200,0 milhões para linha de credito. Empréstimos pendentes de acordo o compromisso de crédito rotativo incorrem juros a uma taxa anual de 3,00% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA publicada pelo Wall Street Journal, (ii) a taxa médio dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% , no caso de um empréstimo com taxa base alterada ou 4,0% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar. Os empréstimos de vencimento B-1 pendentes incorrem juros a uma taxa anual igual a 3,5% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA, publicada pelo Wall Street Journal, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1%, no caso de um empréstimo com taxa base alternada ou 4,5% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar.

O empréstimo de vencimento B-2 incorre juros a uma taxa anual igual a 9%. Os encargos do compromisso incorridos sobre os compromissos rotativos não utilizados, de acordo com a linha de crédito de saída, incorrem juros a uma taxa anual igual a 0,5%.

Os empréstimos reais da PPC, de acordo com a Linha de Crédito de Saída, estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída. A fórmula da base de empréstimo é reduzida pela soma das reservas de estoques, aluguéis e reservas de acesso de caução e todos os valores vencidos há mais de 15 dias devidos pela PPC ou suas subsidiárias a qualquer pessoa, em virtude do preço de compra de produtos ou serviços agrícolas (incluindo aves e semoventes), se aquela pessoa tem direito a algum acordo de garantia do agricultor ou do produtor. A disponibilidade do empréstimo rotativo, de acordo com a base de empréstimo, também é limitada a um agregado de US$ 25 milhões, correspondente à To-Ricos, como mutuário conjunto.

Em 31 de dezembro de 2010 a base de empréstimos aplicável era de US$ 600,0 milhões, o montante disponível de acordo com os compromissos de empréstimos rotativos era de US$ 354,2 milhões e os empréstimos pendentes e linhas de créditos sob os compromissos de empréstimos totalizaram US$ 40,5 milhões.

A Linha de Crédito de Saída dispõe que a PPC não pode incorrer em dívidas de capital que excedam US$ 275,0 milhões para o de 2011 e US$ 350,0 milhões para os exercícios daí em diante. A PPC também deve manter uma taxa de cobertura do encargo fixo mínima e um nível mínimo do patrimônio líquido tangível, não podendo exceder o índice máximo de alavancagem. A Linha de Crédito de Saída contém uma série de covenants que restringem a capacidade de do PPC, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional e em penhoras, pagar dividendos ou fazer determinados pagamentos restritos, consumar determinadas vendas de ativos, participar de determinadas transações com a JBS USA e outras afiliadas, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos, ou praticamente todos, os seus ativos.

Atualmente a PPC cumpre todos os covenants. Porém, o preço do frango, da commodity, acesso aos mercados para exportação e outros fatores podem afetar a capacidade da PPC de cumprir os covenants financeiros.

De acordo com a Linha de Crédito de Saída, a JBS USA, acionista majoritária da PPC, ou suas afiliadas, podem fazer empréstimos à PPC em base subordinada e termos razoavelmente satisfatórios para os agentes sob a Linha de Crédito de Saída e até US$100 milhões desta dívida subordinada pode ser incluída no cálculo do EBITDA(conforme definido na Linha de Crédito de Saída).

A Linha de Crédito de Saída contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA e outras partes relacionadas, fundir, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Todas as obrigações, de acordo com a Linha de Crédito de Saída, são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e são seguradas por um penhor de primeiro grau em contas a receber domésticas (incluindo Porto Rico) e estoque da PPC e suas subsidiárias; 100% da participação acionária na To-Ricos Borrowers e nas subsidiárias nacionais da PPC e 65,0% da participação acionária nas subsidiárias estrangeiras diretas da PPC; substancialmente todas as propriedades particulares e intangíveis da PPC, da To-Ricos Borrowers e as subsidiárias garantidoras; e substancialmente todos os imóveis e ativos imobilizados da PPC e de suas subsidiárias fiadoras.

Acordo de Crédito ING – Em 25 de setembro de 2006 uma subsidiária da PPC, a Avícola Pilgrim's Pride de México, S. de R.L. de C.V. (o "Mutuário do México"), contraiu um contrato de crédito rotativo garantido (o "Contrato de Crédito ING") com a ING Capital, LLC, como agente (o "Agente do México") e a parte mutuante relacionada (o "Mutuante do México"). O Contrato de Crédito ING possui um compromisso rotativo de 557,4 milhões de pesos mexicanos, o que equivale a US$ 45,1 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Nesta data não haviam empréstimos pendentes.

Os valores pendentes no Contrato de Crédito ING incorrem juros a uma taxa anual igual à taxa LIBOR, à taxa Base ou à taxa TIIE, conforme aplicável, mais a Margem Aplicável (uma vez que estes termos estão definidos no Contrato de Crédito ING). Enquanto a PPC estava operando no Chapter 11, a Margem Aplicável para os empréstimos LIBOR, taxa Base e TIEE eram 6,0%, 4,0% e 5,8% respectivamente. Após a Data Efetiva, a Margem Aplicável para empréstimos LIBOR e empréstimos taxa Base é 0,375% maior que o juros aplicável mais elevado sob a Linha de Crédito de Saída e a Margem Aplicável para os empréstimos TIEE é 0,20% menor que a Margem Aplicável para os empréstimos LIBOR.

O Contrato de Crédito ING exige que a PPC faça um pagamento antecipado obrigatório dos empréstimos rotativos em um valor agregado igual a 100% dos rendimentos de caixa líquido recebidos por determinadas subsidiárias mexicanas da PPC (as "Subsidiárias no México"), conforme aplicável, em quantidade superior dos limites especificados no Contrato de Crédito ING, da venda de determinados ativos pelas Subsidiárias no México; de quaisquer casualidades ou outros danos segurados a, ou qualquer situação sob a autoridade de um domínio eminente ou por condenação ou procedimentos similares de, qualquer propriedade ou ativo das Subsidiárias no México, ou por incorrência de determinado endividamento por parte de uma Subsidiária no México. Quaisquer pagamentos antecipados afins reduzirão permanentemente o valor do compromisso no Contrato de Crédito ING. As Subsidiárias no México ofereceram substancialmente como garantia todos seus recebíveis, estoque, equipamentos e determinados ativos fixos. As Subsidiárias no México forma excluídas dos procedimentos de falência dos EUA.

Arrendamento operacional e de capital – A Companhia e algumas de suas subsidiárias locam uma instalação de tratamento de águas residuais em Mayfield, Kentucky; um frigorífico em Nacogdoches, Texas; uma incubadora em Center, Texas e uma instalação de manutenção de veículos em Tenaha, Texas por meio arrendamento de capital. Por meio de arrendamento operacional, a Companhia e algumas de suas subsidiárias locam unidades de distribuição localizadas em Flórida, Nebraska, Colorado e Texas; um confinamento em New Mexico, depósitos em Arkansas, Georgia e Porto Rico; escritórios administrativos em Georgia e Texas; escritórios de vendas em Kentucky, Tennessee, Texas e Virginia, uma central de informações no Texas; escritórios de marketing na Coreia do Sul, Japão, México, China e Taiwan, centros de distribuição e depósitos na Austrália e uma série de equipamentos. Estes arrendamentos operacionais vencem entre 2011 e 2022.

Os pagamentos futuros de arrendamentos mínimos, em 31 de dezembro de 2010, sob arrendamentos operacionais incanceláveis e arrendamentos de capitais com prazos que excedem um ano estão expostos a seguir (em milhares de dólares):

Para os exercícios fiscais a findar em dezembro:	Obrigações de arrendamento capitalizadas (USD)	Obrigações de arrendamentos operacionais incanceláveis (USD)
2011	2.903	60.103
2012	3.601	38.047
2013	2.476	25.541
2014	2.466	12.668
2015	1.507	7.726
Em diante	20.362	17.722
Pagamentos de arrendamentos mínimos líquidos	33.315	161.807
Menos: Valor representando juros	(1.740)	-
Valor presente dos pagamentos de arrendamentos mínimos líquidos	**31.575**	**161.807**

As despesas de aluguel relacionadas aos arrendamentos operacionais foram de US$ 39,8 milhões e US$ 106,4 milhões para os períodos de cinquenta e duas semanas findas em 27 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

19 Debêntures conversíveis

A Companhia recebeu no dia 22 de dezembro de 2009 correspondência da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, comunicando a aprovação da realização de investimento mediante subscrição de debêntures subordinadas, conversíveis em ações e com cláusula de permuta da primeira emissão privada da Companhia, a ser realizada em série única.

A assinatura do Acordo de Investimento pela Companhia foi aprovada por seu Conselho de Administração em deliberação tomada em 7 de dezembro de 2009.

Os recursos foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de concluir a operação refletida no Stock Purchase Agreement pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da PPC, e reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com a Bertin.

A Companhia emitiu no dia 28 de dezembro de 2009 a quantidade de 2.000.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R$ 1.739,80. O valor total das debêntures é de R$ 3.479.600, sendo os custos inerentes a transação de R$ 17.388, não existindo prêmios neste processo de captação, equivalentes na data da emissão das debêntures a US$ 2 bilhões de acordo com a respectiva escritura de emissão. As 2.000.000 debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA , ou mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, caso essa não realize o evento de liquidez.

Evento de liquidez significa cumulativamente a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, em montante mínimo equivalente a US$ 1,5 bilhões com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de follow-on, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (reporting company) na Securities and Exchange Commission, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha free float mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% e (d) que o capital social da JBS USA, na data do evento de liquidez, seja composto de ações de uma só espécie e classe, observado que será permitida a emissão de classes de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados após o evento de liquidez.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 anos, contados da data de emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 28 de dezembro de 2069.

Tendo em vista o encerramento do prazo final de rateio de sobras na emissão das debêntures, a Companhia comunicou no dia 19 de fevereiro de 2010, com base em informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das debêntures da Companhia, que foram subscritas a totalidade das debêntures emitidas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2009.

Cada uma das debêntures será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10% (dez por cento); e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação (“JBSS3”) nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das debêntures, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por ação e um teto de R$ 12,50 (doze reais e cinqüenta centavos) por ação (“Conversão em Ações”).

Acordo de Acionistas

No dia 22 de dezembro de 2009 a Companhia celebrou um Acordo de Acionistas com J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento e BNDES Participações - BNDESPAR, onde o BNDESPAR assumiu compromisso de realizar um investimento na Companhia por meio da subscrição e integralização de debêntures de emissão da Companhia, conforme detalhado acima.

Durante a vigência deste Acordo de Acionistas, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível, a acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre quaisquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"):

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dívidas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral intermediária ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da Companhia, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da Companhia;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R$ 100.000 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, não consolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre Dívida Liquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) (A) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R$ 200.000 (duzentos milhões de reais).

Pagamento de prêmio de Debêntures ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Conforme divulgado ao mercado no dia 26 de dezembro de 2010, a Companhia notificou a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário") para prorrogar a data limite do evento de liquidez até 31 de dezembro de 2011 e efetuou o pagamento do prêmio no valor bruto de R$ 260,97 (duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) para cada Debênture emitida, totalizando R$ 521.940, nos termos dos itens III.16.1.2. e III.21.a.vi. da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações ("Debêntures da 1ª Emissão"). O Banco Mandatário e Agente Escriturador (Banco Bradesco S.A.) iniciou o pagamento aos Debenturistas em 23 de dezembro de 2010.

A Companhia divulgou também nessa data que está em estágio avançado de negociação com o principal debenturista para a 2ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis ("Debêntures da 2ª emissão") com a finalidade de substituição integral das Debêntures da 1ª emissão. A colocação das Debêntures da 2ª emissão será privada, com direito de preferência de subscrição para os acionistas na época da emissão, e deverá ter as seguintes características:

* Valor total da emissão: R$4.000.000;
* Prazo de 5 anos;
* Juros de 8,5% ao ano, pagos trimestralmente;
* Mandatoriamente conversível em ações da JBS S.A. no 5º ano;
* Preço de Conversão de R$9,50 por ação (JBSS3), acrescidos dos juros pagos aos debenturistas, líquido de impostos, e deduzidos de toda remuneração paga aos acionistas no período (dividendos, juros sobre capital próprio, etc); e
* Opção de subscrição com as debêntures da 1ª emissão.

Entre as vantagens da nova emissão destacam-se a eliminação da obrigação de realização de uma oferta pública de ações da JBS USA em 2011 e a otimização da estrutura financeira e fiscal da Companhia. Os termos e as características da nova emissão serão detalhados futuramente e estão sujeitas às aprovações necessárias.

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Salários e encargos sociais	**175.613**	65.564	23.240
Provisões para férias 13º salário e encargos	**92.615**	81.650	28.590
Imposto de renda a recolher	**-**	2.715	-
Contribuição social a recolher	**13**	1.059	-
ICMS / VAT / GST a recolher	**19.646**	15.899	3.088
PIS e COFINS a recolher	**49**	27.257	-
FOMENTAR a pagar	**-**	3.986	-
FUNRURAL a pagar	**-**	69.079	-
Outros	**87.664**	19.873	7.804
	375.600	**287.082**	**62.722**

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Salários e encargos sociais	**340.151**	136.811	188.025
Provisões para férias 13º salário e encargos	**589.428**	355.737	182.521
Imposto de renda a recolher	**56.310**	38.015	15.960
Contribuição social a recolher	**1.499**	1.252	119
ICMS / VAT / GST a recolher	**26.704**	20.207	3.095
PIS e COFINS a recolher	**142**	28.392	31.802
FOMENTAR a pagar	**-**	3.986	-
FUNRURAL a pagar	**-**	69.079	-
Outros	**126.444**	68.375	49.386
	1.140.678	**721.854**	**470.908**

21 Contingências

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão assim representadas:

	Controladora		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Trabalhistas	**44.310**	40.579	5.799
Cíveis	**7.773**	4.229	15.663
Fiscais e previdenciários	**83.919**	165.280	26.782
Total	**136.002**	**210.088**	**48.244**

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	1.01.09
Trabalhistas	**68.118**	50.189	9.208
Cíveis	**34.298**	54.979	21.216
Fiscais e previdenciários	**220.011**	326.081	38.919
Total	**322.427**	**431.249**	**69.343**

Processos fiscais e previdenciários

a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 1.087.263 em 31 de dezembro de 2010. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarci-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R$ 268.000.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência.

c) PIS / COFINS

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de Programa de Integração Social - PIS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) inconstitucionalidade do tributo instituído pela Lei Complementar nº 7/70; (b) tributação de outras receitas operacionais de acordo com a Lei nº 9.718/98; e (c) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o valor provisionado de R$ 14.107.

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) aumento de alíquota de 2% para 3% de acordo com a Lei nº 9.718/98 – questionamento até julho de 2003; e (b) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o montante provisionado de R$ 107.127.

d) IRPJ e CSSL

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de IRPJ e CSSL - Refere-se ao processo de débitos fiscais relativos ao IRPJ incidente sobre os efeitos da correção monetária instituídos pela Lei nº 8.200/91 e questionamentos quanto aos índices de correção monetária decorrentes do denominado “Plano Verão” que totalizam o valor provisionado de R$ 12.291.

e) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 307 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R$ 83.919, em 31 de dezembro de 2010.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era parte em 6.183 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R$ 543.687. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R$ 44.310 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, incorporadora da Companhia Leco de Produtos Alimentícios e Laticínios Serrabella, era parte em 309 reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários, que foram provisionadas pela Companhia com base em uma estimativa de perda preparada pelos seus assessores jurídicos e aprovadas pela Administração, no montante provisionado de R$ 4.181.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R$ 100.000 e ressarcimento no importe de R$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto, razão pela qual não constituiu provisão.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 7.773, sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R$ 20.134, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

22 Débito com terceiros para investimentos

No passivo circulante, em decorrência da incorporada Bertin, o montante de R$ 42.101 em 31 de dezembro de 2010 (R$ 427.523 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos, com quitação no decorrer do exercício de 2010. Os investimentos adquiridos são i) Planta Pimenta Bueno (R$ 12.101) e ii) Cia. Araguaia Eletricidade (R$ 30.000).

No passivo não circulante, na Companhia, refere-se ao valor de 65 milhões de Euros, correspondente em 31 de dezembro de 2010 a R$ 144.820 (R$ 162.976 em 31 de dezembro de 2009) a ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS, realizada pela Companhia em 2007, caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010, igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

No dia 11 de maio de 2009 a Companhia formalizou um contrato de compra e venda de imóveis com C. Sola Participações e Representações S/A, referente a aquisição do complexo industrial de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, no montante de R$ 16.886, sendo que em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui a pagar no passivo circulante o saldo remanescente de R$ 3.645 e no passivo não circulantes de R$ 5.144 (R$ 3.744 R$ 8.962 respectivamente em dezembro de 2009).

23 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

Na Controladora

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31.12.10	**31.12.09**
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(261.589)**	**264.518**
Adições (exclusões) líquidas:		
Diferenças permanentes (substancialmente equivalência patrimonial)	**411.667**	(129.900)
Diferenças temporárias (substancialmente amortização do ágio)	**(860.298)**	(137.673)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes	**(710.220)**	**(3.055)**
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação	**2.853**	3.001
	2.853	**3.001**
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Prejuízo fiscal do exercício e de exercícios anteriores	**(730.851)**	-
Diferenças temporárias (substancialmente amortização do ágio)	**860.298**	137.673
	129.447	**137.673**
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre prejuízo fiscal do exercício e de exercícios anteriores	**248.489**	**-**
Sobre diferenças temporárias (substancialmente amortização de ágio)	**(292.501)**	**(46.809)**
	(44.012)	**(46.809)**

	Consolidado	
	31.12.10	**31.12.09**
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**66.300**	**402.334**
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício		
Valores que não geram a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes	**710.220**	**-**
Adições (exclusões) líquidas:		
Diferenças permanentes (substancialmente equivalência patrimonial)	**977.019**	239.774
Diferenças temporárias	**(717.350)**	(495.085)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes	**1.036.189**	**147.023**
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	**358.741**	46.727
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação	**2.853**	3.001
	361.594	**49.728**
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Prejuízo fiscal do exercício e de exercícios anteriores	**(730.851)**	67.068
Diferenças temporárias (substancialmente amortização do ágio)	**717.350**	495.085
	(13.501)	**562.153**
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre prejuízo fiscal do exercício e de exercícios anteriores	**248.489**	23.474
Sobre diferenças temporárias (substancialmente amortização de ágio)	**(217.195)**	(155.952)
	31.294	**(132.478)**

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		
	31.12.10	**31.12.09**	**01.01.09**
Ativo:			
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	**292.770**	30.357	22.626
Passivo:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**683.544**	375.061	83.453
Líquido:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**390.774**	**344.704**	**60.827**

	Consolidado		
	31.12.10	**31.12.09**	**01.01.09**
Ativo:			
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	**1.095.222**	807.526	1.037.248
Passivo:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**2.133.114**	1.948.804	1.386.097
Líquido:			
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**1.037.892**	**1.141.278**	**348.849**

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os Impostos diferidos ativos e passivos foram apresentados líquidos por se tratarem da mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou um imposto de renda diferido passivo proveniente da amortização do ágio da incorporada Bertin no montante de R$ 308.000, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou um imposto de renda diferido ativo no montante de R$ 248.000, proveniente do prejuízo fiscal e base negativa de R$ 730.000.

24 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010, é representado por 2.567.471.476 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra e) abaixo, 74.753.200 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 3.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços as empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de lucros

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social, autorizou a aquisição de até 68.371.334 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Conforme instrução CVM 10, de 10 de fevereiro de 1980, artigo 21, segue detalhamento da ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2010: A Companhia possuía 74.753.200 ações em tesouraria, a um custo médio de R$ 6,49, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição eram de R$ 2,68 e R$ 10,81, respectivamente, não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. Do montante de 74.753.200 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2010, 13.364.600 ações foram adquiridas durante o exercício de 2009, sendo que essas estavam suportadas pela aprovação do Conselho de Administração, conforme ata do dia 29 de dezembro de 2008, aprovando a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria. Durante o exercício de 2010 houve recompra de ações no montante de 30.763.100 ações.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de dezembro de 2010 era de R$ 7,17 (Em 31 de dezembro de 2009 era de R$ 9,32).

25 Receita operacional líquida

	Controladora	
	2010	**2009**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos		
Mercado interno	**8.503.356**	3.907.867
Mercado externo	**4.415.802**	1.859.301
	12.919.158	**5.767.168**
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	**(456.139)**	(225.768)
Impostos sobre as vendas	**(692.726)**	(392.606)
	(1.148.865)	**(618.374)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**11.770.293**	**5.148.794**

	Consolidado	
	2010	**2009**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos		
Mercado interno	**42.267.422**	27.091.607
Mercado externo	**14.839.637**	8.697.637
	57.107.059	**35.789.244**
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	**(1.026.977)**	(395.494)
Impostos sobre as vendas	**(1.024.280)**	(488.179)
	(2.051.257)	**(883.673)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**55.055.802**	**34.905.571**

26 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2010	**2009**
Resultado atribuível aos acionistas	**(302.748)**	**220.710**
Média ponderada de ações do período - milhares	**2.567.471**	2.367.471
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	**74.753**	43.990
Média ponderada de ações em circulação - milhares	**2.492.718**	2.323.481
Resultado por lote de mil ações - Básico - R$	**(121,45)**	**94,99**

Diluído

A Companhia não apresentou o resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras.

27 Resultado financeiro líquido

	Controladora	
	2010	**2009**
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	**159.381**	713.085
Resultado financeiro com derivativos	**(675.755)**	(999.077)
Juros Passivos	**(1.574.722)**	(399.700)
Juros Ativos	**236.392**	189.788
Impostos, contribuições, tarifas e outros	**(72.341)**	(16.699)
	(1.927.045)	**(512.603)**

	Consolidado	
	2010	**2009**
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	**287.806**	854.613
Resultado financeiro com derivativos	**(739.327)**	(1.013.628)
Juros Passivos	**(1.991.021)**	(601.640)
Juros Ativos	**335.610**	219.540
Impostos, contribuições, tarifas e outros	**(113.250)**	(37.860)
	(2.220.182)	**(578.975)**

O montante de juros passivos de R$ 1.574.722 inclui o prêmio de debêntures pago ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, de R$ 521.940 conforme detalhado na nota 19 - Debêntures e nota 34 - Fatos Relevantes.

28 Despesas não recorrentes

As despesas não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 referem-se a:

i) JBS S.A - no montante de R$ 77.093, referente à gastos com reorganização e reestruturação devido a incorporação da Bertin S.A pela Companhia e doações para campanhas eleitorais a partidos políticos nas eleições de 2010; e montante de R$ 25.514 referente provisão para perda de investimento na controlada Inalca JBS em decorrência do distrato firmado em 4 de março de 2011, conforme eventos subsequentes e nota explicativa 1.

ii) JBS Argentina - no montante de R$ 41.292, referente à gastos com reorganização, impairment de ágio, reestruturação e indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose.

iii) JBS USA - no montante de R$ 90.052, referente à gastos com reorganização e reestruturação devido a aquisição da Pilgrim's Pride Corporation.

29 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados e divulgados de modo destacado nas demonstrações contábeis.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Debêntures e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Debêntures

Para a realização da operação de emissão de Debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R$ 17.388, os quais estão classificados como redutor do valor justo das Debêntures inicialmente reconhecido no montante de R$ 3.479.600, evidenciando assim, o valor líquido recebido no montante de R$ 3.462.212.

As Debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA quando da abertura do capital desta empresa (IPO), neste momento, os custos financeiros que suportaram a emissão das debêntures serão reclassificados para o resultado do exercício. Caso não se realize o Evento de Liquidez as debêntures serão conversíveis mandatoriamente em ações de emissão da Companhia. Deste modo, os custos financeiros serão contabilizados diretamente em conta redutora do Capital Social.

De acordo com o IAS 39/CPC 38 - os instrumentos financeiros contratados pela Companhia devem ser apresentados por seus valores justos. Deste modo, por se tratar de uma operação particular de Debênture, o valor de face expresso nas Debêntures correspondem ao valor justo da operação, não sendo necessária a realização de quaisquer ajustes relativos a variação entre os valores de face e justo.

b) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia incorrido em R$ 37.477 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

c) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia incorrido em R$ 17.775 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) – nos montantes de US$ 700.000 e US$ 200.000 realizados em Julho e Setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo, a amortização ocorrerá de acordo com o fluxo de pagamento da dívida.

30 Segmentos operacionais

A administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália), América Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Itália.

Embora o segmento de carnes suínas não atenda aos limites quantitativos exigidos pelo IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração concluiu que esse segmento deve ser apresentado, uma vez que ele é monitorado pela Diretoria-Executiva como um segmento com potencial de crescimento e que deve contribuir, futuramente, de forma significativa para a receita do Grupo.

O segmento de carne bovina explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com vinte seis unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná. Ademais, há unidades produtivas nos Estados Unidos da América, Itália, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América e Austrália.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América e México, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes “in natura” possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como “Outros”. Adicionalmente, todas as eliminações de operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio – EBITDA.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva e correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2010	2009
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	**34.997.452**	30.290.261
Carne Suína	**5.204.157**	4.485.660
Carne de Frango	**12.051.459**	-
Outros	**2.802.734**	129.650
Total	**55.055.802**	**34.905.571**

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2010	2009
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	**530.786**	386.702
Carne Suína	**50.675**	91.918
Carne de Frango	**604.182**	-
Outros	**40.657**	1.191
Total	**1.226.300**	**479.811**

EBITDA apresentado por linha de produto:

	2010	2009
EBITDA		
Carne Bovina	**2.187.158**	875.160
Carne Suína	**466.104**	408.927
Carne de Frango	**854.070**	-
Outros	**248.864**	(8.156)
Total	**3.756.196**	**1.275.931**

Total de

	31.12.10	31.12.09
Total de ativos		
Carne Bovina	**31.607.444**	33.272.460
Carne Suína	**598.077**	707.491
Carne de Frango	**8.289.261**	5.199.187
Outros	**4.034.443**	4.711.296
Total	**44.529.225**	**43.890.434**

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2010	2009
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**40.327.620**	26.939.826
América do Sul	**13.333.568**	6.073.934
Itália*	**624.311**	1.595.047
Outros	**770.303**	296.764
Total	**55.055.802**	**34.905.571**

Depreciação apresentado por área geográfica:

	2010	2009
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**874.565**	312.652
América do Sul	**334.890**	119.050
Itália*	**14.275**	47.842
Outros	**2.570**	267
Total	**1.226.300**	**479.811**

EBITDA apresentado por área geográfica:

	2010	2009
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**2.422.098**	884.996
América do Sul	**1.289.601**	304.365
Itália*	**9.285**	82.989
Outros	**35.212**	3.581
Total	**3.756.196**	**1.275.931**

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.10	31.12.09
Total de ativos		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	**15.287.789**	11.401.107
América do Sul	**27.344.023**	29.650.499
Itália *	**1.184.959**	1.183.230
Outros	**712.454**	1.655.598
Total	**44.529.225**	**43.890.434**

* Conforme descrito na nota 1 e 3, contempla apenas as informações do primeiro trimestre de 2010 da Inalca JBS.

31 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado Consolidado por natureza:

Classificação por natureza	2010	2009
Depreciação e amortização	**(1.226.300)**	(479.811)
Despesas com pessoal	**(7.095.065)**	(3.455.377)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(44.336.199)**	(30.049.438)
Impostos, taxas e contribuições	**(736.638)**	(74.859)
Remuneração de capitais de terceiros	**(4.417.068)**	(1.791.359)
Outras receitas e despesas	**2.821.768**	1.347.607
	(54.989.502)	**(34.503.237)**

Classificação por função	2010	2009
Custo dos produtos vendidos	**(48.296.810)**	(31.765.938)
Despesas com vendas	**(2.644.309)**	(1.645.854)
Despesas gerais e administrativas	**(1.650.075)**	(705.586)
Resultado financeiro líquido	**(2.220.182)**	(578.975)
Outras receitas e despesas operacionais	**(178.126)**	193.116
	(54.989.502)	**(34.503.237)**

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010 o limite máximo individual de cobertura era R$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a incorporada Bertin, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2010 de R$ 200.000.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2010 de US$ 32 milhões (equivalente a R$ 53.000).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2010 de US$ 200 milhões (equivalente a R$ 333.000).

Para a controlada Inalca JBS, localizada na Itália, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2010 de € 141 milhões (equivalente a R$ 314.000).

33 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de sua operações, principalmente com relação às eventuais variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros. Para minimizar os riscos dessa exposição a Administração gerencia os riscos dos instrumentos financeiras ativos e passivos da Companhia e de suas controladas de forma integrada, contratando instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de sua exposição integrada líquida.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia e de suas controladas, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas buscam, através da gestão de riscos, mitigar a exposição econômica e contábil de suas operações das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de commodities (gado, grãos, como milho, farinha de soja e energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel). As estratégias utilizadas vão desde análises detalhadas das demonstrações contábeis dos clientes da Companhia e de suas controladas e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em Bolsa de Valores.

c) Discricionariedade da Tesouraria

Uma vez identificadas as exposições da Companhia e suas controladas, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

d) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado pela Companhia através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores. Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%. Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados dos ajustes diários de posição de contratos futuros na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

As controladas da Companhia estão expostas, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR, uma vez que possuem custos de empréstimos atrelados a esta taxa, todavia, por estratégia da Administração, não contratam derivativos para cobrir este risco, porque uma possível oscilação desta taxa não impactaria significativamente o fluxo de caixa. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está a seguir apresentado:

Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:	**31.12.10**	**31.12.09**
NCE / Compror / Outros	**3.789.784**	**3.356.542**
CDB-DI	**(1.826.496)**	**(497.268)**
Fundos de investimentos e Títulos Públicos	**(371.412)**	**(18.821)**
Subtotal	**1.591.876**	**2.840.453**
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:		
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	**1.581.087**	1.760.571
Capital de giro - Euros	**304.350**	310.830
Capital de giro - Dólares Americanos	**192.688**	46.446
Pré-pagamento	**1.314.668**	1.521.175
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	**-**	87.370
US revolver	**-**	489.152
Outros	**15.216**	88.830
Subtotal	**3.408.009**	**4.304.374**
Exposição de passivos à taxa TJLP:	**31.12.10**	**31.12.09**
FINAME / FINEM	**266.535**	988.477
EXIM - fomento à exportação	**654.949**	511.814
Subtotal	**921.484**	**1.500.291**

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de taxa de juros da Companhia

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional R$)	Valor de Mercado R$	Impacto no resultado do exercício de 2010
Contratos futuros (BM&F)	Julho de 2011 a Julho de 2012	DI	R$	BM&F	100.287	79	(1.776)

e) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia e suas controladas, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio (Nocional de Proteção), através da contratação de hedge de futuro de câmbio em bolsas de mercadorias e futuros, contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI) e por arbitragem entre juros e dólar futuro, buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados na moeda funcional contra suas obrigações não denominadas na moeda funcional, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

			Efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	
EXPOSIÇÃO	**31.12.10**	**31.12.09**	**Variação cambial**	**Derivativos**
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes - US$ / € / £	1.172.492	801.187	-	-
Contas a Receber - US$ / € / £	2.855.633	2.554.393	(94.658)	50.351
Estoques - @ boi - US$ / €	3.669.589	2.659.999	-	(67.072)
Pedidos de venda - US$ / € / £	667.221	321.390	(22.342)	50.458
Fornecedores - US$ / € / £	(2.307.743)	(1.863.872)	-	-
Subtotal	**6.057.192**	**4.473.097**	**(117.000)**	**33.737**
FINANCEIRO				
Créditos com controladas - US$ / €	-	-	110.950	
Empréstimos e financiamentos - US$ / €	(7.834.339)	(9.536.050)	292.386	(693.064)
Importações a pagar - US$	(13.010)	(4.485)	1.470	
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros, líquidos	768	(24.107)	-	
Subtotal	**(7.846.581)**	**(9.564.642)**	**404.806**	**(693.064)**
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	**(1.789.389)**	**(5.091.545)**	**287.806**	**(659.327)**

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia e suas controladas, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou aumento das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real.

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

	31.12.10	**31.12.09**
Caixa e equivalentes - US$ / € / £	1.172.492	801.187
Contas a Receber - US$ / € / £	2.855.633	2.554.393
Estoques - @ boi - US$ / €	3.669.589	2.659.999
Pedidos de venda - US$ / € / £	667.221	321.390
Fornecedores - US$ / € / £	(2.307.743)	(1.863.872)
Empréstimos e financiamentos - US$	(7.834.339)	(9.536.050)
Importações a pagar - US$	(13.010)	(4.485)
	(1.790.157)	**(5.067.438)**
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	1.114.524	1.302.755
Contratos futuros (NewEdge) - Controlada - US$	345.447	188.965
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	166.620	174.120
	1.626.591	**1.665.840**
Exposição em moeda estrangeira em R$	**(1.790.157)**	(5.067.438)
Nocional de proteção	**1.626.591**	1.665.840
Relação	**91%**	**33%**

Efeitos da incorporação da Bertin

A Bertin vinha reduzindo a aplicação de sua política de proteção aos riscos de câmbio, taxas e cotações de arroba de boi, aos quais estava exposta. A Companhia, logo após a incorporação no final de dezembro de 2009, implementou sua política de proteção aos referidos ativos e passivos supra mencionados.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2009, os saldos e exposições incorporados da Bertin impactaram significativamente a relação de exposição da Companhia (33% de índice de cobertura sobre os valores dos riscos cambiais protegidos). Dessa forma, com o intuito de prover informação adicional, este índice de cobertura foi de 84% ao eliminarmos os efeitos desta incorporação em 31 de dezembro de 2009, quanto aos riscos cambiais expostos.

JBS USA Holdings Inc.

Em 31 de dezembro de 2010, a Controlada direta JBS USA Holdings , Inc. e suas controladas possuíam uma alta correlação de cobertura entre as suas exposições cambiais, decorrentes de vendas em moeda estrangeira, e os derivativos futuros adquiridos para esta finalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a JBS USA Inc. e suas controladas reconheceram R$ 181.387 (R$ 239.567 em 31 de dezembro de 2009), decorrente da variação de valor justo destes instrumentos e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de dezembro de 2010, estão registrados no ativo e no passivo, por R$ 107.337 e R$ 67.191 (R$ 9.091 e R$ 10.137 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia:

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Banco Credit Suisse.

Data início Swap	Principal (Amortizações) US$	Data vencimento Swap	Valor de contrato (Ponta ativa)- R$	Valor justo (Ponta ativa) - R$	Valor de contrato (Ponta Passiva) - R$	Valor justo (Ponta Passiva) - R$	Resultado de Swap em 30/09/2010
			(a)	(b)	(c)	(b)	(d)
16/11/2010	100.000.000	14/2/2011	2.510	2.240	5.105	4.556	(2.316)
14/2/2011	100.000.000	14/2/2011	14.039	12.149	16.798	14.537	(2.388)
	(11.111.111)	16/5/2011					
16/5/2011	88.888.889		14.070	11.790	16.799	14.076	(2.286)
	(11.111.111)	15/8/2011					
15/8/2011	77.777.778		14.095	11.426	16.669	13.513	(2.087)
	(11.111.111)	14/11/2011					
14/11/2011	66.666.667		14.456	11.332	16.809	13.176	(1.844)
	(11.111.111)	14/2/2012					
14/2/2012	55.555.556		14.082	10.669	16.112	12.207	(1.538)
	(11.111.111)	14/5/2012					
14/5/2012	44.444.444		14.091	10.317	15.743	11.527	(1.210)
	(11.111.111)	14/8/2012					
14/8/2012	33.333.333		14.055	9.944	15.329	10.845	(901)
	(11.111.111)	14/11/2012					
14/11/2012	22.222.222		13.981	9.557	14.846	10.149	(592)
	(11.111.111)	14/2/2013					
14/2/2013	11.111.111		13.874	9.164	14.327	9.462	(298)
	(11.111.111)	14/5/2013					
			129.253	**98.588**	**148.537**	**114.048**	**(15.460)**
Impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010:							**(8.792)**

(a) O valor de contrato da ponta ativa do swap é calculado com base na taxa do dólar na data de vencimento acrescido de juros de 6% a.a.

(b) O valor justo da ponta ativa e passiva é calculado com base nos valores de contrato ajustados a valor presente pelo CDI do mês de vencimento do swap.

(c) O valor de contrato da ponta passiva do swap é calculado com base na taxa do dólar na data de vencimento acrescido da pela variação de 120% do CDI do mês de vencimento e do mês contratado.

(d) O resultado de swap refere-se a diferença da ponta ativa e ponta passiva a valor justo.

Contabilidade de Hedge

O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A Companhia registra, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting), conforme IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, a variação cambial dos pedidos firmes de venda para contrapor os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos adquiridos para proteção dos mesmos.

A Administração da Companhia designou como hedge de valor justo esta proteção dos contratos de vendas firmados com o objetivo de proteger o risco cambial que surge entre a data de contratação e a data de embarque dos produtos transacionados, uma vez que o preço de venda em moeda estrangeira é fixado na data em que se firma o compromisso de venda e compra entre as partes. Para esta cobertura, a Companhia utiliza instrumentos futuros de dólar contratados com a BM&F. No mínimo, a cada preparação de demonstrações contábeis, a Companhia avalia a efetividade destas operações que devem permanecer entre uma faixa de cobertura de 85% a 125% da variação do valor justo do risco protegido, retro e prospectivamente.

f) Riscos de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, cujo valor está apresentado na nota 8. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia e suas controladas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia e suas controladas que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira. Historicamente, não ocorreram perdas relevantes nas contas a receber.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

Para minimizar os riscos de créditos de derivativos contratados, a Companhia e suas controladas têm a estratégia de concentrar essas operações no mercado futuro onde a contraparte são as bolsas de mercadorias e futuros. Por estes instrumentos, as variações do valor justo dos derivativos ocorre pelos ajustes diários, os quais são pagos ou recebidos diariamente em caixa, reduzindo-se o risco de inadimplência na data de vencimento.

g) Riscos de preços na compra de commodities

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de instrumento financeiro futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

O ramo de atuação da controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas está exposto à volatilidade dos preços do gado, de grãos como milho e farinha de soja e de energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel, cujas variações resultam de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, condições políticas, oferta e demanda e outros. A controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas compram derivativos com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades previstas de compra dessas commodities para períodos de até 12 meses. Podem firmar contratos derivativos com vencimento no longo prazo para commodities específicas caso seja julgado apropriado. Em 31 de dezembro de 2010, a controlada direta JBS USA e suas controladas tinham posições abertas de derivativos cobrindo 4,4% das necessidades previstas até setembro de 2011 de compra de gado, 20,3% das necessidades previstas até setembro de 2011 de porco, 0,8% de necessidades até setembro de 2011 de milho e farinha de soja.

Os parâmetros para redução de risco estão baseados no constante monitoramento das exposições das commodities, considerando valores e prazos negociados, correlacionando-se com o resultado do orçamento do grupo de gestão de risco para o ano. Para estas commodities fundamentais ao negócio, como gado vivo, porcos magros, grãos e energia ("Commodities fundamentais"), a perda autorizada de um operador ("Stop loss") será assumida como 25 por cento (25%) do seu resultado orçado para o exercício social corrente anual, calculada utilizando o resultado de 10 dias de operação e, independentemente do resultado acumulado no exercício corrente de cada operador (o "Cálculo Stop Loss"). Cada operador autorizado terá direito a duas "Stop loss" em qualquer período de doze meses.

Durante estas "Stop loss", o operador terá que fechar suas posições e se abster da operação por duas semanas ou um período maior, caso julgado apropriado pelo Comitê Financeiro. No caso de excesso dos 25% de perda autorizada, conforme mencionado anteriormente, este Comitê conversará formalmente com o operador que tenha ultrapassado este limite, julgando se será apropriado conceder uma adicional "Stop loss", revendo os limites de Value-at-risk e margens deste operador ou se o contrato de trabalho será cancelado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas reconheceram uma perda de R$ 8.128 (R$ 189.825 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009) no resultado do período na conta de custo dos produtos vendidos, decorrente da variação de valor justo destes instrumentos de commodities e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de dezembro de 2010, estão registrados no ativo e no passivo, por 107.337 e R$ 67.191 (R$ 9.091 e R$ 10.137 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

A seguir seguem os ativos, passivos e compromissos firmes totais expostos a riscos de variação de preços de compra de boi, grãos e energia da Companhia e de suas controladas:

EXPOSIÇÃO	**31.12.10**	**31.12.09**
OPERACIONAL		
Contratos firmes - R$	**1.871.573**	300.169
TOTAL	**1.871.573**	**300.169**

h) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre “EBITDA” em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	31.12.10	**31.12.09**
Caixa e equivalentes de caixa	4.063.833	5.067.530
Empréstimos e financiamentos no CP	5.191.248	5.123.099
Indicador de liquidez modificado	0,78	0,99
Indicador de alavancagem	3,0x	3,1x

A queda no indicador de liquidez modificado foi causada pela necessidade de uso de caixa na reestruturação das operações das empresas adquiridas no final de 2009. O nível de alavancagem da empresa manteve-se em patamares similares.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas de acordo com os respectivos vencimentos, sem considerar o desconto a valor presente do fluxo de caixa contratado:

Em 31 de dezembro de 2010	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Valor justo**
Fornecedores	2.837.973	-	-	-	2.837.973
Empréstimos e financiamentos	5.191.248	1.909.346	4.801.633	3.662.500	15.564.727
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(7.150)	5.493	890	-	(767)
TOTAL	8.022.071	1.914.839	4.802.523	3.662.500	18.401.933

Em 31 de dezembro de 2009	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Valor justo**
Fornecedores	2.546.036	-	-	-	2.546.036
Empréstimos e financiamentos	5.123.099	4.837.860	3.095.835	1.370.319	14.427.113
Passivos financeiros derivativos	24.155	18.251	2.523	-	44.929
TOTAL	7.693.290	4.856.111	3.098.358	1.370.319	17.018.078

i) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

j) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 500.195 (R$ 230.643 em 31 de dezembro de 2009). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações. A subsidiária direta JBS USA possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 37.255 (R$ 50.800 em 31 de dezembro de 2009). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

k) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos circulantes			
Derivativos	16.228	(15.460)	-

Abaixo, demonstramos a comparação dos valores contábeis com os respectivos valores justos:

		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i)	Caixa e bancos	1.865.925	1.865.925	4.551.441	4.551.441
(iii)	Aplicações financeiras	2.197.908	2.197.908	516.089	516.089
(iii)	Contas a receber de clientes	3.904.483	3.904.483	3.201.437	3.201.437
(iii)	Créditos com empresas ligadas	332.679	332.679	326.972	326.972
(i)	Derivativos	16.228	16.228	48.844	48.844
	Ativos financeiros totais	**8.317.223**	**8.317.223**	**8.644.783**	**8.644.783**
(iii)	Fornecedores	2.837.973	2.837.973	2.546.036	2.546.036
(iii)	Empréstimos e financiamentos	15.564.727	15.564.727	14.427.113	14.427.113
(ii)	Debêntures	3.462.212	3.462.212	3.462.212	3.462.212
(i)	Derivativos	(15.461)	(15.461)	38.235	38.235
	Passivos financeiros totais	**21.849.451**	**21.849.451**	**20.473.596**	**20.473.596**
		(13.532.228)	**(13.532.228)**	**(11.828.813)**	**(11.828.813)**

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

(i) Ativo ou Passivo Financeiro mesurado ao valor justo por meio do resultado
(ii) Mantidos até o vencimento
(iii) Empréstimos e recebíveis
(iv) Disponível para venda

I) Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2010, simulamos possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável de impacto no resultado. A seguir seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio

Exposição	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R$	404.806	(1.107.149)	(2.214.298)
Operacional	Depreciação do R$	(117.000)	361.272	722.545
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R$	(659.327)	407.548	815.096
		(371.521)	**(338.329)**	**(676.657)**
Premissa	Câmbio	1,6662	2,0828	2,4993

34 Fatos relevantes

JBS Aumenta participação na Pilgrim's Pride

Em 09 de novembro a Companhia, através de sua controlada JBS USA, comprou um bloco de 7 milhões de ações ordinárias da Pilgrim Interests (pertencente à família Pilgrim) listadas na bolsa de Nova York como PPC - Pilgrim's Pride. O preço unitário foi de US$5.96 por ação, totalizando US$ 41.720.000,00, pagos diretamente ao vendedor. O preço de compra foi calculado tomando como base o valor médio das ações da Pilgrim's Pride nos 30 dias anteriores ao fechamento da transação. Esse bloco de ações representa 3,27% do número total das ações emitidas da PPC e, assim, eleva a participação acionária da JBS USA na Pilgrim's Pride de 64% para 67.27%.

Pilgrim's Pride completa oferta de Títulos de Dívida (Bonds) de US$ 500 milhões

A controlada indireta Pilgrim's Pride Corporation (PPC), listada na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE) sob o ticker PPC, controlada direta da JBS USA Holdings, completou no dia 14 de dezembro de 2010 a oferta de Títulos de Dívida (Bonds) com montante principal de US$500 milhões e vencimento em 2018. As notas terão juros anual de 7,875%, pagos semestralmente no final do período, iniciando em 15 de junho de 2011.

Os recursos da oferta serão utilizados para refinanciar dívidas da Pilgrim's Pride. Para a Companhia, essa oferta criará um perfil de dívida mais favorável para a PPC continuar sua estratégia de mercado e crescimento na América do Norte e através de suas exportações. Além disso, a grande demanda pela subscrição demonstra a confiança do mercado financeiro na Companhia e no setor.

Ajustes na estrutura executiva da JBS USA

A Companhia efetuou ajustes na estrutura executiva da JBS USA. Esses progressos têm como objetivo desenvolver o crescimento e a rentabilidade da companhia através de um forte "management" com vasta experiência de mercado.

1) Pilgrim's Pride Corporation, controlada pela JBS USA Holding, Inc., indicou William H. Lovette para Presidente e CEO (Chief Executive Officer), com início em 03 de janeiro de 2011. Sr. Lovette traz para Pilgrim's mais de 27 anos de experiência e liderança na indústria de frango. Desde 2008, ele atuou como Presidente e COO (Chief Operating Officer) da Case Foods, Inc. Antes de se juntar a Case Foods, Bill trabalhou por 25 anos na Tyson Foods em várias posições de liderança, atuando por último como Vice-Presidente Sênior do Negócio de Frangos e de Comidas Preparadas.

2) Don Jackson, atual Presidente e CEO (Chief Executive Officer) da Pilgrim's renunciou sua funções no dia 02 de janeiro de 2011, para em seguida assumir como novo Presidente e CEO da JBS USA. O Sr. Jackson continuará a reportar para Wesley M. Batista, Presidente do Conselho da JBS USA Holdings. Na sua nova jornada, ele será responsável pelas principais operações da JBS USA, as quais incluem: a unidade de carne bovina, comandada por Bill Rupp, que se uniu à JBS trazendo sua vasta experiência na indústria; a unidade de carne suína, comandada por Marty Dooley; e a Pilgrim's Pride sob seu novo CEO, assim como a área administrativa e as outras unidades.

3) Wesley M. Batista continuará como Presidente do Conselho de Administração da JBS USA e Pilgrim's Pride, assim como, Conselheiro da JBS S.A. O Sr. Jackson e a JBS Austrália continuarão a reportar para o Sr. Batista, que se dedicará ainda mais para a continuidade do crescimento e da expansão do Grupo JBS, focado em ampliar a distribuição direta e outros projetos estratégicos.

Pagamento de Prêmio de Debêntures ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Conforme divulgado ao mercado no dia 26 de dezembro de 2010, a Companhia notificou a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário") para prorrogar a data limite do evento de liquidez até 31 de dezembro de 2011 e efetuou o pagamento do prêmio no valor bruto de R$ 260,97 (duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) para cada Debênture emitida, totalizando R$ 521.940, nos termos dos itens III.16.1.2. e III.21.a.vi. da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações ("Debêntures da 1ª Emissão"). O Banco Mandatário e Agente Escriturador (Banco Bradesco S.A.) iniciou o pagamento aos Debenturistas em 23 de dezembro de 2010.

A Companhia divulgou também naquela data que está em estágio avançado de negociação com o principal debenturista para a 2ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis ("Debêntures da 2ª emissão") com a finalidade de substituição integral das Debêntures da 1ª emissão. A colocação das Debêntures da 2ª emissão será privada, com direito de preferência de subscrição para os acionistas na época da emissão, deverá ter as seguintes características:

* Valor total da emissão: R$4.000.000;
* Prazo de 5 anos;
* Juros de 8,5% ao ano, pagos trimestralmente;
* Mandatoriamente conversível em ações da JBS S.A. no 5º ano;
* Preço de Conversão de R$9,50 por ação (JBSS3), acrescidos dos juros pagos aos debenturistas, líquido de impostos, e deduzidos de toda remuneração paga aos acionistas no período (dividendos, juros sobre capital próprio, etc); e
* Opção de subscrição com as debêntures da 1ª emissão.

Entre as vantagens da nova emissão destacam-se a eliminação da obrigação de realização de uma oferta pública de ações da JBS USA em 2011 e a otimização da estrutura financeira e fiscal da Companhia. Os termos e as características da nova emissão serão detalhados futuramente e estão sujeitas às aprovações necessárias.

35 Eventos Subsequentes

Incorporação da Biolins

A Companhia submeteu aos acionistas proposta de incorporação de sua controlada Biolins Energia S/A.

A Companhia submeterá à deliberação de seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de março de 2011, a proposta de incorporação da Biolins Energia S.A. pela Companhia, constante do Protocolo e Justificação de Incorporação ("Protocolo de Incorporação").

A Biolins, na data da Incorporação, será subsidiária integral da JBS e, desta forma, a Incorporação simplificará a estrutura societária e otimizará os resultados dos negócios e operações desenvolvidos pelas Partes, na medida em que tal reorganização propiciará uma diminuição de custos operacionais e uma maior eficiência administrativa, atendendo aos interesses de seus acionistas. A Incorporação resultará na consolidação das Partes em uma única sociedade, de forma a promover maior eficácia e sinergia de suas atividades das Partes, permitindo uma maior eficiência fiscal e a redução de custos para a Companhia.

Por se tratar de subsidiária integral, não haverá aumento de capital social na Companhia e as ações representativas do capital social da Biolins serão extintas, promovendo-se, consequentemente, os necessários ajustes contábeis na Companhia. O patrimônio líquido de Biolins será incorporado pela Companhia por seu valor contábil em 31 de outubro de 2010.

Estima-se que os custos totais da incorporação objeto desta comunicação sejam da ordem de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), relativos a serviços prestados na elaboração dos laudos de avaliação, assessoria jurídica, publicações legais, arquivamento dos atos societários na Junta Comercial e registro de transferência dos imóveis e outras despesas que se façam necessárias para tal incorporação.

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia reuniram-se conjuntamente em 26 de janeiro de 2011, e se manifestaram favoravelmente à Incorporação, nos termos da Proposta da Administração e do Protocolo de Incorporação firmados pelos administradores da Companhia e da Biolins, tendo sido aprovada a convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias a serem realizadas em 29 de abril de 2011.

JBS elege para suas operações mundiais Joesley Batista para Presidente do Conselho de Administração e Wesley Batista para Presidente Executivo e CEO

O Conselho de Administração da Companhia elegeu Joesley Batista para a Presidência do Conselho de Administração e Wesley Batista para Presidente Executivo e CEO da JBS S.A. a partir de 1 fevereiro de 2011.

Após 5 anos à frente de um processo de crescimento e internacionalização da Companhia, e dando continuidade à modernização da governança corporativa, Joesley Batista, que acumulava as funções de Presidente do Conselho de Administração e CEO da JBS S.A. indicou Wesley Batista para substituí-lo no cargo de CEO.

Com 22 anos na Companhia, Wesley dirigiu os negócios de carne da JBS na América do Sul antes de assumir, nos últimos 4 anos, a posição de CEO da JBS USA, dedicando-se à estruturação, expansão e integração das operações norte-americanas e australianas.

INALCA JBS: JBS e Grupo Cremonini anunciam o fim da sociedade

A Companhia assinou, no dia 4 de março de 2011 um "Termination Agreement" (Distrato) com o Grupo Cremonini pondo fim a sua participação de 50% no capital da INALCA.

Pelos termos do Distrato, a Companhia está devolvendo as ações que representam 50% do capital social da INALCA JBS e o Grupo Cremonini simultaneamente está reembolsando 218.855.219,50 Euros investidos pela Companhia em 2008.

Como parte deste distrato, A Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações jurídicas relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados, permitindo às duas companhias prosseguirem nas suas respectivas atividades.

Diante do exposto a Companhia estima que o referido distrato resulte em uma perda, considerando os eventuais efeitos tributários, de aproximadamente de R$ 16.839, considerando a baixa do saldo contábil do saldo do investimento, ágio (intangível), débito a pagar à Cremonini e variação cambial sobre o investimento registrada no patrimônio líquido atualizado até 31 de dezembro de 2010.

JBS assume 100% da Rigamonti

Em 4 de março de 2011, a Companhia assumiu o controle de 100% do capital da Rigamonti. Desde dezembro de 2009, a Companhia controla va 70% da Rigamonti, empresa que produz aproximadamente 7.000 tons de carne processada por ano e detém 40% do mercado italiano.

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Jurídico

Wanderley Higino da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Wagner Pinheiro de Oliveira

Valere Batista Mendonça Ramos

Vanessa Mendonça Batista

Peter Dvorsak

Guilherme Rodolfo Leager

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2010.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos; c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 21 de março de 2010.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Alexandre Seiji Yokaichiya

John Shojiro Suzuki

* * * * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes e Acionistas, a Administração da JBS S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, com o parecer dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O ano de 2010 foi marcado por várias conquistas. Tendo como destaque a integração da Pilgrims Pride, em nossas operações Americanas, e do Bertin, em nossas operações no Mercosul. No campo operacional, é importante ressaltarmos o crescimento de nossas vendas, o qual ultrapassou R$55 bilhões, com um crescimento orgânico de 14,2% e um EBITDA de R$3,75 bilhões, saindo de uma margem EBITDA de 3,7% em 2009 para 6,8% em 2010.

JBS USA
A aquisição da Pilgrim's Pride, ao final de 2009, foi realizada após estudos constatarem o potencial econômico da empresa e tendo em vista o interesse estratégico em diversificar nossa atuação em outras proteínas. Os EUA é o maior produtor mundial de carne de aves, o qual se encontra hoje com custos altamente competitivos, fazendo com que a indústria aumente a sua participação a cada dia no mercado internacional. Em um curto espaço de tempo, conseguimos integrar a Pilgrim's em nossas operações americanas, capturando sinergias consideráveis, o qual nos permitiu atingir um EBITDA superior a R$800 milhões e margem EBITDA de 7,0%, ao mesmo tempo em que aumentamos nossa participação no setor.

A realização desses objetivos só foi possível após uma forte reestruturação, incluindo a adequação da alta administração, centralização das atividades corporativas, otimização dos canais de vendas, incluindo na área internacional, e uma melhoria significativa em nosso mix de produtos, com um aumento da parcela de produtos de maior valor agregado.

JBS Mercosul
A incorporação do Bertin, ao final de 2009, aumentou de modo expressivo nossa participação no mercado brasileiro. O destaque desse segmento foi o trabalho desenvolvido para integrar e capturar sinergias nas áreas administrativa, comercial, de operações e logística. De um total estimado em R$ 485 milhões em dois anos, conseguimos capturar cerca de dois terços desse valor. Há mais ganhos de sinergia a serem capturados, sendo os mais relevantes a otimização de processos, redução dos custos por cabeça abatida e melhoria nos rendimentos por carcaça.

As expectativas são favoráveis para os próximos anos, pois estamos bem posicionados, com plataformas de produção localizadas nas principais regiões fornecedoras de matéria-prima e em condições de operarmos nossas plantas com um melhor nível de capacidade utilizada, nos permitindo sermos mais eficientes.

Na Argentina, tomamos diversas medidas estruturais para nos adequar à realidade do país. Suspendemos temporariamente a operação em 4 unidades industriais, reduzimos de forma significativa o quadro de colaboradores e direcionamos a produção para atender o mercado interno, decorrente das limitações à exportação. Porém, o investimento na Argentina é de longo-prazo e, com a recuperação da economia, acreditamos que poderemos agregar valor nessa plataforma, devido ao reconhecimento da qualidade da carne Argentina.

Itália
Realizamos inúmeros esforços, ao longo do ano, para resolver as questões pendentes entre os sócios da Inalca JBS. Tais esforços resultaram na dissolução da sociedade através da assinatura do Termination Agreement, no qual o grupo Cremonini pagou € 218,9 milhões pela nossa participação.

Também na Itália, assumimos o controle de 100% do capital da Rigamonti, empresa na qual já detínhamos 70% desde dezembro de 2009. A companhia produz cerca de 7.000 toneladas de carne processada por ano e detém 40% do segmento em que atua.

Resultados
Nossa receita líquida atingiu R$ 55,1 bilhões. Esse valor representa 57,7% de crescimento sobre o ano anterior. Nosso EBITDA atingiu R$ 3,7 bilhões, o que nos coloca em posição de destaque entre as principais empresas brasileiras e representa um crescimento de 194,2% em relação ao ano anterior.

Com o aumento dos volumes e de nosso crescimento nas exportações tivemos uma maior necessidade de capital de giro. Ainda assim, mantivemos nossa alavancagem em patamares confortáveis. Terminamos o ano com a relação Divida Liquida/EBITDA de 3.0X que quando eliminamos fatores não recorrentes, reduz para 2,8X.

A opção pelo pagamento do prêmio das debêntures, com a consequente prorrogação do prazo de conversão em ações até o final desse ano, foi feita por acreditarmos que haverá condições mais adequadas em 2011. Como alternativa, estamos revisando as condições das debêntures existentes para propor uma solução que vise criar valor para nossos acionistas.

Perspectivas para 2011
Quando olhamos para trás, muito fizemos. Quando olhamos para frente, muito temos a fazer. Iniciamos no ano de 2011 uma nova etapa em nossa Companhia, a de colher os frutos de tudo que fizemos e investimos.

Trabalharemos em nossa meta de ser uma companhia integrada global de alimentos, na constante busca de novos clientes e mercados a fim de expandir nossos canais de distribuição e exportação. Estaremos altamente focados em obter o maior retorno possível do capital investido e, consequentemente, gerando valor aos nossos acionistas.

Estamos trabalhando com um cenário macroeconômico de aumento da demanda mundial por proteínas, principalmente nas economias emergentes e, por outro lado, uma produção estável no nosso setor para suprir a referida demanda, cenário este que nos coloca confiante na melhoria do desempenho da nossa Companhia.

Nosso desafio é continuar sendo uma empresa com faturamento crescente e nos mantermos uma companhia simples, eficiente, enxuta e com seu tradicional dinamismo. Para isso, trabalharemos com união, consistência, perenidade e crescimento direcionado.

Sem o esforço e cooperação de todos os nossos colaboradores não teríamos chegados aonde chegamos. Agradecemos a todos os que acreditam e investem na nossa Companhia. Continuamos contando com o apoio de todos os parceiros, fornecedores, clientes, acionistas, e demais stakeholders.

Wesley Mendonça Batista
Presidente

Histórico e Perfil Corporativo

Histórico
A Companhia é uma sociedade anônima, constituída em 16 de dezembro de 1998, sob a denominação Friboi Ltda., mas sua origem remonta a 1953, quando seu fundador, José Batista Sobrinho, iniciou as operações de uma pequena planta de abate, na Cidade de Anápolis, Goiás, com capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Em 1968, a Companhia adquiriu sua primeira planta de abate e em 1970 a segunda, aumentando sua capacidade de abate para 500 cabeças de gado por dia.

De 1970 a 2001, a Companhia expandiu significativamente as operações no setor de carne bovina no Brasil. Tal expansão se deu através de aquisições de plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada, bem como por meio de investimentos no aumento da capacidade produtiva das plantas preexistentes. Nesse período, a capacidade de abate aumentou de 500 cabeças/dia para 5,8 mil cabeças/dia.

De 2001 até 2006, a capacidade de abate aumentou de 5,8 mil cabeças/dia para 19,9 mil cabeças/dia em 2006 e a Companhia passou a operar um total de 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina. Em agosto de 2005, a Companhia indiretamente adquiriu 100% do capital social da Swift-Armour, a maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina, através de outra holding, a JBS Holding Internacional Ltda.

Após a aquisição da Swift-Armour, a Companhia, através de sua companhia Swift-Armour Argentina S.A., ofereceu durante leilão público, o maior valor para aquisição da planta em Pontevedra, que pertencia a Compañia Elaboradora de Produtos Alimentícios (CEPA). Este investimento foi somado à aquisição, em 2006, da planta em Venado Tuerto, também pertencente à CEPA.

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods, uma das maiores distribuidoras de produtos industrializados de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready".

Em 11 de julho de 2007, a Companhia concluiu a aquisição do controle acionário da Swift Foods Company, sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos da América ("Swift"), pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift.

Em 03 de março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição no valor total de 225 milhões de Euros (U$331,1 milhões) de 50% do capital da empresa Inalca JBS S.p.A. ("Inalca"). Posteriormente, em 02 de maio de 2008, a Companhia confirmou o fechamento da aquisição e pagamento da Tasman Group na Austrália.

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield (Smithfield Beef), atualmente conhecida com JBS Packerland, e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers (Five Rivers), atualmente JBS Five Rivers.

Em 06 de julho de 2009, a Companhia comunicou a sua expansão no Brasil com a incorporação de cinco unidades de abate e desossa que ampliaram a sua capacidade de abate em 5.150 animais/dia. A Companhia arrendou: (i) uma unidade de abate e desossa na cidade de Juara com capacidade para processar 800 animais/dia, (ii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Alta Floresta com capacidade para processar 1.600 animais/dia, (iii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Colider com capacidade para processar 850 animais/dia (iv) uma unidade de abate e desossa na cidade de Cuiabá com capacidade para processar 800 animais/dia e (v) uma unidade de abate e desossa na cidade de São José dos Quatro Marcos com capacidade para processar 1.100 animais/dia. As duas últimas unidades pertencem ao Grupo Quatro Marcos, [que está atualmente em recuperação judicial], cujos arrendamentos foram autorizados judicialmente.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia anunciou a conclusão da operação pela qual a JBS USA (subsidiária da JBS sediada nos Estados Unidos da América), através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Pilgrim's Pride Corporation ("Pilgrim's Pride"), sediada em Pittsburgh, Texas, EUA, por US$ 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

Em 29 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Bertin S.A. pela Companhia. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação da Bertin S.A. pela Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão da operação de aquisição da Tatiara Meat Company ("Tatiara") e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a JBS líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. A Companhia pagou AUD 30 milhões (aproximadamente US$ 27 milhões) pela Tatiara.

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral, Swift Austrália, a aquisição da Rockdale Beef na Austrália. A JBS pagou AUD 40,5 milhões (USD 37,3 milhões aproximadamente) pelo negócio, após a aprovação pelas autoridades competentes, incluindo órgão anti-trust da Austrália. A Rockdale Beef possui capacidade de abate de 200.000 bois/ano combinada com uma capacidade de confinar mais de 50.000 bois simultaneamente.

A Companhia assinou, no dia 4 de março de 2011 um "Termination Agreement" (Distrato) com o Grupo Cremonini pondo fim a sua participação de 50% no capital da INALCA. Pelos termos do Distrato, a Companhia devolveu as ações que representavam 50% do capital social da INALCA JBS e o Grupo Cremonini simultaneamente está reembolsando 218.855.219,50 Euros investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, A Companhia e o Grupo Cremonini concordaram em abandonar definitivamente todas as ações jurídicas relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados, permitindo às duas companhias prosseguirem nas suas respectivas atividades.

Em 4 de março de 2011, a Companhia assumiu o controle de 100% do capital da Rigamonti. Desde dezembro de 2009, a Companhia controlava 70% da Rigamonti, empresa que produz aproximadamente 7.000 tons de carne processada por ano e detém 40% do mercado italiano.

Perfil Corporativo

A JBS S.A (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo.

A JBS é registrada como companhia aberta na CVM sob nº 20575, desde 27 de março de 2007.

Visão Geral da Nossa Companhia

Acreditamos ser a maior empresa de proteínas do mundo com faturamento de R$ 55.055,8 milhões em 2010. Atuamos no processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas, frango, além do processamento de couros e na produção de lácteos e seus derivados. Atualmente acreditamos ser:

- líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações no EUA, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Austrália, com capacidade de abate global de 86,4 mil cabeças/dia;

- o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México e Porto Rico e capacidade de abate global de 7,6 milhões de aves/dia;
- o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA, com uma capacidade de abate de 50,0 mil cabeças/dia;
- o maior produtor e exportador de carne ovina do mundo, com operações nos EUA e Austrália e capacidade de abate global de 24,5 mil cabeças/dia;
- líder na produção de couros processado do mundo, com operações no Brasil, EUA e China e capacidade global de processamento de 82.300 peles/dia;
- o terceiro maior produtor de lácteos do Brasil, com capacidade de produção de 5,4 mil ton/dia.

Processamos, embalamos e entregamos produtos bovinos, suínos, ovinos e de frango in natura, processados, que incluem também produtos de maior valor agregado, em mais de 110 países localizados em seis continentes. Nossa oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender as necessidades de nossos clientes e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados. Processamos, embalamos e entregamos também lácteos e seus derivados tais como leite longa vida, iogurtes, achocolatados, queijos e manteigas sob marcas reconhecidas no mercado, como Vigor, Leco, Danúbio, Faixa Azul e Serrabella.

Vendemos nossos produtos principalmente a clientes varejistas como supermercados, clubes de atacado, outros distribuidores de varejo e empresas do setor de food service (tais como, restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares). Além disso, produzimos e comercializamos outros produtos derivados do nosso processamento de carne, tais como couros e subprodutos, para clientes das indústrias de confecção e setor automotivo, dentre outros.

Possuímos uma administração focada em crescimento com comprovado histórico de sucesso na realização e na integração de aquisições e reestruturações de empresas deficitárias adquiridas. Ao longo dos últimos anos, obtivemos um crescimento substancial da nossa receita líquida através de crescimento orgânico e aquisições.

Análise dos Resultados do Ano de 2010 – Principais Indicadores Consolidados

Análise Consolidada dos principais indicadores operacionais da JBS

R$ milhões	4T10	3T10	Δ%	4T09	Δ%	2010	2009	Δ%
Receita líquida	**14,319.6**	**14,069.6**	**1.8%**	**7,408.9**	**93.3%**	**55,055.8**	**34,905.6**	**57.7%**
Custo dos produtos vendidos	-12,522.7	-12,291.3	1.9%	-6,570.1	90.6%	-48,296.8	-31,765.9	52.0%
Lucro bruto	**1,796.9**	**1,778.3**	**1.0%**	**838.8**	**114.2%**	**6,759.0**	**3,139.6**	**115.3%**
Margem Bruta	12.5%	12.6%	-	11.3%	-	12.3%	9.0%	-
Despesas com vendas	-717.7	-699.4	2.6%	-370.4	93.8%	-2,644.3	-1,645.9	60.7%
Despesas adm. e gerais	-511.6	-364.5	40.4%	-161.8	216.1%	-1,650.1	-705.6	133.9%
Resultado financeiro líquido	-950.3	-363.1	161.7%	-128.7	-	-2,220.2	-579.0	283.5%
Despesas não recorrentes	-74.5	-80.7	-	0.0	-	-234.0	0.0	-
Ganho em compra vantajosa PPC	-9.5	0.0	-	0.0	-	-9.5	185.2	-
Outras receitas (despesas)	1.8	10.3	-82.6%	0.4	-	65.3	7.9	723.8%
Resultado operacional	**-464.8**	**281.0**	**-265.4%**	**178.3**	**-360.8%**	**66.3**	**402.3**	**-83.5%**
IR e contribuição social	-34.7	-124.5	-72.1%	-50.4	-31.1%	-330.3	-182.2	81.3%
Lucro líquido/prejuízo	**-539.3**	**133.5**	**-504.0%**	**127.9**	**-521.8%**	**-264.0**	**220.1**	**-219.9%**
Participação dos acionistas controladores	-499.5	156.5	-419.2%	127.9	-490.6%	-302.7	220.7	-237.1%
Participação dos acionistas não controladores	-39.8	-23.0	72.9%	0.0	-	38.7	-0.6	-6749.5%
EBITDA	**865.9**	**1,026.4**	**-15.6%**	**397.8**	**117.7%**	**3,756.2**	**1,275.9**	**194.4%**
Margem EBITDA	6.0%	7.3%	-	5.4%	-	6.8%	3.7%	-
Lucro líquido/prejuízo ajustado[1]	**-145.7**	**186.7**	**-**	**127.9**	**-213.9%**	**196.1**	**220.1**	**-10.9%**

(1) Excluindo despesas não correntes (nota 28 das demonstrações contábeis) e prêmio pago aos debenturistas no montante de R$521,9 milhões no 4T10 e 2010 (comunicado ao mercado de 26 de dezembro de 2010).

Número de Cabeças Abatidas e Volume Vendido

	4T10	3T10	Δ%	4T09	Δ%	2010	2009	Δ%
Cabeças abatidas (milhares)								
Bovinos	3.632,3	3.742,0	-2,9%	3.056,0	18,9%	15.112,6	12.624,6	19,7%
Suínos	3.587,2	3.121,3	14,9%	3.388,8	5,9%	12.841,8	12.468,6	3,0%
Animais de pequeno porte*	890,2	854,8	4,1%	719,4	23,7%	2.531,1	1.922,1	31,7%
Volume Vendido (mil tons)*								
Mercado Doméstico	**1.777,0**	**1.642,8**	**8,2%**	**1.374,1**	**29,3%**	**6.696,6**	**5.509,7**	**21,5%**
Carne In Natura	1.511,0	1.375,5	9,9%	1.234,9	22,4%	5.635,8	4.963,6	13,5%
Industrializado	38,7	41,7	-7,2%	33,4	15,7%	158,2	127,8	23,8%
Outros	227,3	225,6	0,7%	105,8	114,9%	902,6	418,3	115,8%
Mercado Externo	**492,6**	**559,0**	**-11,9%**	**421,8**	**16,8%**	**2.030,9**	**1.728,1**	**17,5%**
Carne In Natura	442,9	505,2	-12,3%	398,8	11,1%	1.798,3	1.637,2	9,8%
Industrializado	18,1	24,2	-25,1%	21,7	-16,4%	103,5	88,1	17,6%
Outros	31,6	29,6	6,7%	1,3	2330,4%	129,0	2,9	4348,9%
TOTAL	**2.269,6**	**2.201,8**	**3,1%**	**1.795,9**	**26,4%**	**8.727,5**	**7.237,8**	**20,6%**

* Não inclui carne de frango

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Líquida

A receita líquida consolidada foi de R$55.055,8 milhões em 2010, um aumento de 57,7% em relação a 2009.

A JBS USA obteve uma receita líquida de US$22.907,1 milhões em 2010, 12,9% superior a 2009 pro forma, que foi de US$20.291,1 milhões (considerando a PPC).

A JBS Mercosul obteve uma receita de R$13.333,6 milhões em 2010, um aumento de 128,9% sobre 2009. Considerando a receita pro forma da JBS Mercosul e Bertin em 2009 (nota 5 das DFs), que foi de R$13.122,3 milhões, o aumento foi de 1,6%.

A receita líquida da JBS Consolidado em 2010, que foi de R$55.055,8 milhões, representa uma redução de 1,4% se comparado ao resultado pro forma de 2009 de R$55.817,3 milhões (incluindo Bertin e PPC) devido ao fato que a receita de 2009 considera o resultado da Inalca JBS durante todo o ano, enquanto em 2010, considera-se apenas o 1T10 da empresa italiana. Além disso, o real valorizou 11,9% frente ao dólar americano no período, o que afeta o resultado da Companhia na comparação com o ano anterior. Se ajustado o efeito da Inalca e da variação cambial, o crescimento da receita teria sido de 14,2% sobre 2009.

EBITDA

O EBITDA de 2010 foi R$3.756,2 milhões, 194,4% superior ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 6,8%.

O EBITDA da JBS USA foi de US$1.467,7 milhões em 2010, um acréscimo de 46,6% em relação a 2009 pro forma.

A JBS Mercosul apresentou um EBITDA de R$1.289,6 milhões no ano, 299,3% maior que em 2009. Considerando o resultado pro forma de 2009 (com Bertin) o EBITDA passou de R$1.071,7 milhões, para R$1.289,6 milhões em 2010, um aumento de 20,3%,

O EBITDA da JBS Consolidado foi R$3.756,2 milhões em 2010, um aumento de 16,2%, se comparado ao EBITDA pro forma de 2009, que foi de R$3.233,8 milhões.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido ajustado foi de R$196,1 milhões em 2010, excluindo os efeitos não recorrentes.

Entre os gastos não recorrentes que impactaram o resultado do período estão:

i) Pagamento do prêmio aos debenturistas no montante de R$521,9 milhões (comunicado ao mercado de 26 de dezembro de 2010).

ii) JBS S.A - R$ 77,1 milhões, referente a gastos com reorganização e reestruturação devido a incorporação da Bertin S.A pela Companhia e doações para campanhas eleitorais a partidos políticos nas eleições de 2010. Além disso, houve R$ 25,5 milhões referente provisão para perda de investimento na controlada Inalca JBS, em decorrência do distrato firmado em 4 de março de 2011, conforme comunicado ao mercado.

iii) JBS Argentina - R$ 41,3 milhões, referente a gastos com reorganização e impairment de ágio e reestruturação e indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose.

iv) JBS USA - R$ 90,1 milhões, referente a gastos com reorganização e reestruturação devido à aquisição da Pilgrim's Pride Corporation.

Considerando os efeitos citados acima, a Companhia apresentou prejuízo de R$302,8 milhões em 2010.

Dispêndio de Capital

Em 2010, o valor total dos dispêndios de capital da JBS em bens, indústria e equipamentos foi de R$1.443,2 milhões. Os principais investimentos foram concentrados em melhora da produtividade e aumento da capacidade de armazenamento e distribuição.

Endividamento

A dívida líquida / EBITDA passou de 2,9x no 3T10 para 3,0x no 4T10. É importante lembrar que a Companhia incorreu em gastos não recorrentes no período, como o prêmio pago aos debenturistas, e dispêndio de caixa para recompra de ações de emissão da própria Companhia que totalizou R$208,3 milhões no 4T10. Excluindo os efeitos citados acima, a alavancagem reduziu para 2,8x.

R$ milhões	31/12/10	30/09/10	Var.%
Dívida bruta	**15.564,7**	**14.952,6**	**4,1%**
(-) Disponibilidades	4.063,8	4.402,5	-7,7%
Dívida líquida	**11.500,9**	**10.550,1**	**9,0%**
(-) Prêmio das debêntures no 4º trim./2010[2]	521,9	---	---
(-) Recompra de ações de emissão da Companhia[3]	212,3	---	---
Dívida líquida ajustada a eventos não-recorrentes	**10.771,9**	**10.550,1**	**2,1%**
Dívida líquida/EBITDA[1]	**3,0x**	**2,9x**	
Dívida líquida ajustada /EBITDA [1]	**2,8x**	**2,9x**	

(1) Últimos 12 meses incluindo Bertin, Pilgrim's Pride e Inalca JBS pro-forma.
(2) Prêmio pago aos debenturistas, conforme comunicado ao mercado de 27 de dezembro de 2010
(3) A Companhia recomprou 30,7 milhões de ações em 2010 a um preço médio de R$6,9

A análise detalhada dos Resultados do Ano de 2010 está disponível no site de Relações com Investidores da JBS: **http://www.jbs.com.br/ri**

Capital Social

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2007, foi aprovada a reforma do Estatuto Social e o desdobramento das 52.523.990 ações existentes em 350.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal. Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 7 de março de 2007, foi aprovada nova reforma do Estatuto Social e o desdobramento dessas 350.000.000 de ações em 700.000.000.

Em 28 de março de 2007, a Companhia aumentou o Capital Social através de oferta pública de distribuição primária de 150.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, sendo a importância de R$ 39.224 destinada à formação do capital social e a diferença, no montante de R$ 1.160.776, destinada a formação de reserva de capital.

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007 foi aprovada a subscrição privada de 227.400.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (BNDESPAR) subscreveu uma parcela relevante das novas ações ordinárias representativas do capital social da Companhia. A subscrição de ações de emissão da Companhia por BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência das acionistas J&F e da ZMF na subscrição dessas novas ações.

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009 a incorporação de ações da Bertin pela Companhia. Em razão da incorporação de ações aprovada, o capital social da Companhia foi aumentado de R$ 4.495.580.968,94 para R$ 16.483.544.165,08, com um aumento efetivo de R$ 11.987.963.196,14, mediante a emissão de 929.392.550 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, e sem valor nominal em tudo idênticas às anteriormente existentes. As ações emitidas por força desse aumento de capital foram atribuídas aos acionistas da Bertin, em conformidade com suas respectivas participações acionárias, conforme descrito no Protocolo e Justificação.

Em abril de 2010, Companhia publicou o anúncio de início relativo a distribuição pública primária de, inicialmente, 200.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço de R$8,00 por ação, no valor total de R$ 1,6 bilhão.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$ 1,6 bilhão, de forma que o capital social passa a ser de R$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública.

O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Composição do Capital

Acionistas	Nº de Ações	%
FB Participações S.A.	1.399.867.018	54,52%
Ações em tesouraria	74.753.200	2,91%
Ações em circulação		
- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	437.102.282	17,02%
- PROT - FIP	205.365.101	8,00%
- Minoritários	450.383.875	17,55%
Total das ações em circulação	1.092.851.258	42,57%
TOTAL	**2.567.471.476**	**100,00%**

Responsabilidade Social e Ambiental

A JBS S.A. acredita que seu desenvolvimento sustentável e crescimento empresarial devem estar associados à responsabilidade social e ambiental. Assim, a Companhia investe constantemente na melhoria da cadeia produtiva em suas plantas com foco na redução de impactos ambientais, além de buscar formas de estreitar sua relação com a comunidade por meio de iniciativas de caráter social.

Meio Ambiente

Todas as instalações produtivas da JBS no Brasil, Argentina, EUA e Austrália estão em conformidade com as Leis e Regulamentações ambientais aplicáveis. Isso significa que todas as plantas possuem licença ambiental de acordo com as normas vigentes. Para controlar o impacto ambiental das operações, a JBS mantém um processo de manutenção preventiva de máquinas, equipamentos e sistemas de filtragem de gases, bem como programas para utilização eficiente de água e energia e reciclagem de materiais utilizados na rotina da Companhia. Periodicamente, o impacto ambiental dos produtos, processos, operações e serviços são avaliados a fim de identificar eventuais ou potenciais causadores de danos ambientais relevantes, além de desenvolver e implementar processos sustentáveis.

Entre as iniciativas de Responsabilidade Ambiental adotadas pela JBS, destacam-se:

Implantação de modernos sistemas de tratamento de efluentes;

Investimentos em equipamentos ecologicamente projetados para economia de combustível, gerando menos resíduos poluentes, sem perder a eficiência na produção;

Reflorestamento, proteção de APP's – Áreas de Preservação Permanente – e utilização de combustíveis alternativos – Biodisel;

Reciclagem dentro e fora da JBS e programas de redução de emissões de gases de efeito estufa obtendo Créditos de Carbono/CER Certificado de Redução de Emissões.

Esse compromisso incorporado pela Companhia acerca da gestão ambiental não apenas preserva recursos naturais, mas também contribui significativamente com a redução de custos, refletindo positivamente nos resultados financeiros da JBS.

Responsabilidade Social

A JBS promove projetos sociais em suas unidades de produção como forma de consolidar o compromisso da Companhia com a saúde, o bem-estar e a educação da sociedade nas diversas comunidades dos países em que atua.

Instituto JBS

O Instituto JBS é o braço social do Grupo JBS e compartilha com a empresa os mesmos princípios, que consiste na busca permanente de inovar e empreender para construir uma sociedade mais justa, sempre dentro de parâmetros rigorosos de ética e de qualidade.

O principal objetivo do Instituto consiste em materializar ideias que sempre fizeram parte das preocupações dos fundadores da JBS. São dezenas de iniciativas desenvolvidas em todas as frentes da organização, em áreas como combate ao trabalho escravo, apoio a projetos comunitários, propostas de desenvolvimento sustentável, agora reunidas sob a gestão do Instituto JBS.

Com o Instituto JBS os projetos sociais serão cada vez mais integrados e estrategicamente concebidos, de forma a multiplicar os resultados. Afinal, competência, seriedade, determinação devem estar presentes em todas as frentes de ação do Grupo JBS – e assim também será no campo da responsabilidade social.

Escola Germinare

A Escola Germinare é uma iniciativa social do Instituto JBS, que vê na Educação o principal instrumento de transformação de qualquer sociedade.

O objetivo fundamental da JBS é formar cidadãos muito bem preparados do ponto de vista acadêmico e humano, com repertório cultural amplo, valores éticos consolidados e atitudes positivas diante da vida e da sociedade.

Atendendo alunos a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (antiga 5ª série) até a 3ª série do Ensino Médio, a Escola nasce com o desafio de disseminar a proposta de uma educação mais conectada com o mundo real, que conjugue a excelência acadêmica com um ensino que efetivamente prepare para a vida, e seja assim a plataforma de voo para centenas de jovens talentos que poderiam se perder por falta de oportunidades ou de uma educação adequada.

A Escola Germinare caracteriza-se como um projeto de inovação pedagógica, tanto no que se refere à forma de organizar e articular os conteúdos curriculares, nas diferentes disciplinas, como nas estratégias utilizadas para promover o encontro entre o conhecimento e as demandas do mundo real.

Inaugurada no dia 8 de fevereiro de 2010, a escola Germinare iniciou seu ano letivo com 180 alunos em sua sede, localizada na Grande São Paulo. No ano letivo de 2011 já são 270 alunos.

O aluno da Germinare, que disputou uma rigorosa seleção com 1, 5 mil candidatos já entrou no projeto como um vencedor. A participação em projetos de empreendedorismo e tecnologia é o grande diferencial da Escola Germinare. Com uma infraestrutura de alta tecnologia, a escola começa a funcionar com seis turmas de 30 alunos cada (três do 6º ano e três do 7º ano do ensino fundamental II). Com capacidade para 800 alunos, a instituição de ensino possui biblioteca informatizada, laboratórios completos e um ginásio poliesportivo. Sem precisar pagar mensalidade, os alunos do projeto recebem gratuitamente material escolar, alimentação e uniformes.

A Germinare vai trabalhar uma formação completa, aliando a educação regular à cidadã e o resgate da bagagem cultural, tudo ministrado por profissionais integrados. Será um ambiente do saber e de experimentações.

Política de Dividendos

O dividendo obrigatório da JBS é de no mínimo 25% do lucro líquido, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da JBS e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o conselho de administração e acionistas da JBS julguem relevantes.

Histórico de Pagamento de Dividendos

A JBS distribuiu aos seus acionistas dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$0,8 milhão relativo a 2002, R$21,8 milhões relativos a 2004, R$31,7 milhões relativos a 2005, R$11,2 milhões relativos a 2006, R$ 17,5 milhões relativos a 2007, R$12,3 milhões relativos a 2008 e R$61,5 milhões relativos a 2009.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Considerações Finais

A BDO Auditores Independentes foi contratada pela JBS S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da JBS S.A., individual e consolidada. A Companhia informa que durante o exercício de 2010, essa empresa de auditoria não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados com auditoria das demonstrações contábeis.